



Afro-Ásia

ISSN: 0002-0591

revista.afroasia@gmail.com

Universidade Federal da Bahia

Brasil

DuPlessis, Robert

Mercadorias globais, consumidores locais: Têxteis no mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII

Afro-Ásia, núm. 41, 2010, pp. 9-55

Universidade Federal da Bahia

Bahía, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77020005001>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



MERCADORIAS GLOBAIS, CONSUMIDORES LOCAIS: TÊXTEIS NO MUNDO ATLÂNTICO NOS SÉCULOS XVII E XVIII*

*Robert DuPlessis***

O tema

Por que essas pessoas se vestiam dessa forma? A pergunta está na raiz do projeto em que venho trabalhando há muitos anos. O problema surgiu, inicialmente, com uma outra roupagem, quando estudava as manufaturas têxteis do noroeste da Europa (Países Baixos, França setentrional e Inglaterra), entre os séculos XVI e XVIII. Ao longo desses séculos, essas regiões despachavam uma porção cada vez maior de sua produção para mercados na África Ocidental e, acima de tudo, no Novo Mundo. Assim, especulava eu, originalmente: quem comprava esses tecidos de lã, linho e, eventualmente, algodão, e por quê? E o que a resposta a essas questões me poderia dizer sobre certas questões mais amplas, pelas quais me interessava há muitos anos: a ascensão do capitalismo a uma posição hegemônica, a emergência de práticas de consumo modernas, os efeitos da mudança econômica nas vidas da maior parte das pessoas e (mais recentemente) as origens da globalização, em suas várias manifestações?

* Versão revista e ampliada de palestra apresentada no National Humanities Center (NHC), Carolina do Norte, EUA, em 6 de novembro de 2008. O autor gostaria de agradecer ao NHC, ao Swarthmore College, à John Simon Guggenheim Memorial Foundation, ao National Endowment for the Humanities, e à Camargo Foundation pelo apoio para a realização da pesquisa que resultou neste artigo. Tradução do inglês por Fábio Baqueiro Figueiredo.

** Professor do Swarthmore College, Estados Unidos.



Ocorre que, como geralmente acontece, responder mesmo à minha pergunta original, aparentemente direta, não se mostrou uma tarefa fácil, uma vez que, para fazê-lo, era necessário mergulhar em numerosos temas de diversos subcampos da história – econômica, cultural e social – cada qual com sua abordagem característica, suas fontes de preferência e sua historiografia. As complicações continuavam a surgir, mesmo depois de haver decidido enfocar minha investigação dos têxteis no Atlântico, entre o início do século XVII e os primeiros anos da década de 1770. As complicações permaneciam ainda, mesmo depois de decidir deixar de lado os aspectos relacionados à produção (no caso, essa exclusão mostrou-se impossível de concretizar). Também tinha de considerar tais questões: como as vestimentas e os materiais com que foram produzidas eram distribuídos e postos à venda? Como eram organizadas as comunicações, as entregas, o comércio atacadista, o varejo, a propaganda, o crédito e a formação de preços? Por que têxteis e vestimentas específicos eram adquiridos, e como eram utilizados? O que aconteceu com materiais e estilos de vestir preexistentes? Quais práticas formais e informais, projetos e políticas – fossem públicos ou privados – promoviam ou restringiam o comportamento do consumidor? De que forma indivíduos e grupos tentaram inventar e preservar, inovar e consolidar, expressar e fazer atuar identidades étnico-raciais, de gênero, de classe, de *status*, profissionais e outras? Em que medida debates sobre luxo, moda, decoro e temas similares afetavam os consumidores? Por trás dessas e de outras questões específicas, cada uma das quais acompanhada por uma produção acadêmica mais ou menos extensa, tinha de lidar com diversas historiografias de grande abrangência, que se haviam desenvolvido – em alguns casos, proliferado – nos anos em que estive envolvido com a minha pesquisa e com publicações sobre o tema. Essas historiografias dizem respeito, em particular, à globalização, ao consumo (notadamente, o postulado de uma “revolução no consumo” no início da era moderna) e ao “Atlântico”.

Por que observar o vestuário das pessoas ao longo das margens do Atlântico durante os séculos XVII e XVIII envolve questões que vão da grande à pequena escala? Para começar, por que essas mercadorias? Os têxteis representavam, usualmente, tanto a mais importante manu-



"The Atlantic Basin"

Source: Jeremiah Seller and Charles Price, "The Western Ocean", 1705 [?], Lawrence H. Slaughter Collection of English maps, charts, globes, books and atlases, Humanities and Social Sciences Library, The Lionel Pincus and Princess Firyal Map Division, New York Public Library,



fatura comercializada no Atlântico do início da era moderna, quanto (depois da alimentação) os bens de consumo mais importantes para todos os segmentos da população.¹ Caracterizados por diversas proveniências (África, Américas, Ásia, Europa), os têxteis foram as manufaturas de consumo global proeminentes do período – padronizadas, produzidas em massa e, contudo, com numerosa variedade, por serem destinadas a diferentes setores do mercado. Eram também objeto de repetidos e significativos atos governamentais, de debate público e de discussão privada. Igualmente importante, enquanto mercadorias que tanto servem a fins práticos quanto carregam, tipicamente, múltiplos significados, tecidos e roupas podem revelar muito sobre os determinantes culturais e sociais, bem como econômicos, do consumo. Finalmente, mas não de menor importância, foram listados, descritos e ilustrados em muitas fontes contemporâneas.

Por que esse período? As fontes são de importância crítica também aqui. Em particular, existem em muita abundância e variedade, sobre e em lugares suficientes, para que pudesse abranger os aspectos que delineei acima. Ademais, todas as três historiografias que mencionei identificam os séculos XVII e XVIII como cruciais, ainda que por razões diferentes. Não poderei aqui resenhar as diversas interpretações. Basta, por ora, afirmar que, conquanto tenham estimulado meu raciocínio, sinto-me desconfortável, e mesmo cético, em relação a aspectos de cada uma delas. No decorrer deste artigo, vou expor algumas de minhas objeções e sugerir interpretações alternativas.

E, finalmente, por que esse âmbito espacial? Em parte, por conta de meu interesse original nos têxteis do noroeste da Europa: queria des-

¹ Alguns estudos exemplares sobre esses assuntos, relativos apenas às áreas discutidas neste artigo: Louise Dechêne, *Habitants and Merchants in Seventeenth-Century Montreal*, Montreal: McGill-Queen's University Press, 1992, pp. 78-9, 307; Kathryn E. Holland Braund, *Deerskins & Duffels. The Creek Indian Trade with Anglo-America, 1685-1815*, Lincoln: University of Nebraska Press, 1993, esp. pp. 121-7; Dean L. Anderson, "The Flow of European Trade Goods into the Western Great Lakes Region, 1715-1760", in Jennifer S. H. Brown, W. J. Eccles e Donald P. Heldman (orgs.), *The Fur Trade Revisited Selected Papers of the Sixth North American Fur Trade Conference* (East Lansing: Michigan State University Press, 1994), pp. 93-115; Lorna Weatherill, *Consumer Behavior and Material Culture in Britain 1660-1760*, Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 119, 133; e Daniel Roche, *The Culture of Clothing: Dress and Fashion in the "Ancien Régime"*, Cambridge: Cambridge University Press, 1994, cap. 5.



cobrir como esses tecidos puderam fascinar consumidores em diversos ambientes ao redor do Atlântico. Desde então, minha pesquisa vem demonstrando como muitos outros têxteis circularam igualmente nesse espaço. A produção acadêmica recente deu forma, também, à minha abordagem. Embora, na prática, sempre limitada a estudos intrainimperiais, a história do Atlântico tem enfatizado, ao menos programaticamente, processos de toda espécie que cruzavam as fronteiras, como os que estudo de fato o fazem. Assim, parte do desafio foi descobrir se era possível escrever um trabalho como este.

Meu projeto, portanto, busca abordar as questões gerais e específicas com as quais o comecei, ao comparar tendências de abrangência atlântica, processos regionais e singularidades locais no consumo de têxteis, com a ajuda de fontes que se referem a uma dúzia e meia de lugares (geralmente portos ou feitorias e suas áreas de comércio) em todos os continentes que margeiam o Atlântico, ao norte e ao sul.² Os lugares foram escolhidos por diversas razões, incluindo a disponibilidade de um conjunto amplo de fontes e a existência de ecologias locais que promovessem a comparação. Acima de tudo, juntos, esses locais abrangem os três modelos característicos de envolvimento na globalização do Atlântico no início da era moderna: 1) situações em que mercadorias globais (neste caso, têxteis) encontraram culturas materiais vibrantes e estabelecidas de longa data (neste caso, especificamente, artigos têxteis), tal como ocorreu na África Ocidental e na Europa Ocidental; 2) situações em que populações transplantadas, acostumadas a roupas tecidas, eram, na época, em grande medida, se não totalmente, dependentes de importações, tal como ocorreu nas colônias de povoamento nas costas orientais das Américas, no Caribe e no litoral da África Austral; e 3) situações em que os têxteis globais eram consumidos por populações não acostumadas a usar roupas tecidas, tal como ocorreu na América do Norte indígena.

² Salvador da Bahia, que ainda não poderei discutir neste artigo, é um desses lugares. Os demais são Buenos Aires; a Cidade do Cabo, na África do Sul; o litoral de Angola; a Jamaica; Nova Orleans, na Luisiana; Charles Town (atualmente Charleston), na Carolina do Sul; Filadélfia, na Pensilvânia; Montreal, na Nova França (atual Quebec); York Factory e Fort Albany, na Baía de Hudson; Bermuda, no Caribe; o sudoeste da Inglaterra; e a costa atlântica da França.



Neste artigo, não poderei discutir ou mesmo abordar todos os lugares que constam de meu projeto, e menos ainda todos os temas. Em vez disso, concentrarei o olhar sobre quatro locais – o sudeste da América do Norte indígena, a colônia francesa caribenha de Saint-Domingue (futuro Haiti), a Costa do Ouro, na África Ocidental, e os Países Baixos – que ilustram tanto importantes aspectos gerais da globalização quanto algumas variações esclarecedoras. Baseio-me aqui, mais diretamente, em narrativas contemporâneas e na iconografia, dois dos principais tipos de fonte sobre as quais meu estudo mais amplo é construído. Mas este ensaio recorre também a outras de minhas principais categorias de fontes: inventários e documentos de compra e venda; livros de contabilidade mercantil, manifestos de carga de navios, correspondência e outros registros comerciais; além de artigos e anúncios em jornais e revistas contemporâneas. Todas essas fontes foram produzidas para uma variedade de propósitos, em geral divergentes; todas são tendenciosas; e todas têm lacunas no que tange tanto a mercadorias quanto a consumidores. Mas, quando colocadas em conjunto e examinadas através de métodos qualitativos e também quantitativos, revelam quais têxteis estavam disponíveis para os consumidores, quais deles eram realmente adquiridos, as formas como eram utilizados e alguns dos significados atribuídos a eles.

Antes de nos voltarmos para aqueles quatro locais, deixem-me preparar o terreno, delinear alguns postulados e argumentos e esboçar alguns dados quantitativos sobre tendências gerais. A seguir, irei considerar os casos individuais e tentar responder à minha questão inicial sobre o porquê de as pessoas, nos relatos e nas imagens que selecionei, ou pessoas muito parecidas com estas, se vestirem daquela forma.

Postulados e argumentos

Postulados e argumentos (1): globalização. Ao mesmo tempo uma expressão banal e um fenômeno controverso, a globalização está hoje por toda parte. Mercadorias globais são tão comuns que são consideradas como coisa estabelecida, ao tempo em que o uso popular e acadêmico transformou o termo em uma palavra-chave da vida contemporânea. Apenas no âmbito acadêmico, as miríades de definições circulando atualmente vão desde as conscientemente restritas dos economistas – “in-



tegração entre países”, mercados de bens, trabalho e capital – até as formulações mais amplas dos teóricos da sociedade: “mudanças fundamentais nos contornos espaciais e temporais da existência social”.³ Cada definição implica uma gênese e uma cronologia características. Aqueles que enfatizam a integração econômica, medida pela convergência de preços, consideram a globalização um fenômeno recente, que não remonta além do século XIX e amadureceu apenas nas últimas décadas, enquanto os que se referem a um punhado não quantificável de mudanças podem apontar para suas origens muitos milênios para trás e seguir a trilha de seu desenvolvimento através de estágios sucessivos.⁴ Minha própria posição é que houve diversas globalizações, com diferentes causas, características e cronologias.⁵

Minha preocupação, em todo caso, é com a globalização do início da era moderna.⁶ O fenômeno envolveu a crescente mobilidade da força de trabalho (em parte livre, em parte obrigada por contrato servil, mas, em sua maioria, escravizada), as transferências tecnológicas e institucionais, assim como a transmissão a longa distância de idiomas, de flora e fauna, de doenças e de crenças.⁷ Mas concentro-me no fluxo, em expansão e

³ Michael Bordo, Alan Taylor e Jeffrey Williamson, “Introduction”, in Bordo, Taylor e Williamson (orgs.), *Globalization in Historical Perspective* (Chicago: University of Chicago Press, 2003), p. 1; “Globalization”, *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, <http://plato.stanford.edu/entries/globalization>, acessado em 17/11/2008. Ver também o sítio da internet sobre a globalização mantido por Frank Lechner, <http://www.sociology.emory.edu/globalization/index.html>, acessado em 18/11/2008.

⁴ De acordo com Manfred Steger, *Globalization: a very short introduction*, Oxford e Nova York: Oxford University Press, 2003, manifestações precoces da globalização podem ser observadas na pré-história (10.000 a 3.500 a.C.), enquanto para Robert Tignor et al., *Worlds Together, Worlds Apart: a History of the Modern World from the Mongol Empire to the Present*, Nova York: Norton, 2002, a globalização define o período desde 1975 d.C.

⁵ Assim, ainda que eu subscreva entusiasticamente a crítica feita por Frederick Cooper às concepções unilineares e presentistas da globalização, não o sigo ao rejeitar totalmente a abordagem; ver Frederick Cooper, “What is the concept of globalization good for? An African Historian’s Perspective”, *African Affairs*, vol. 100, nº 399 (2001), pp. 189-213.

⁶ Para formas diferentes, mas provocativas, de pensar sobre a globalização entre cerca de 1500 e cerca de 1800, ver Roland Robertson, *Globalization: Social Theory and Global Culture*, Londres: Sage, 1992, pp. 58-60; Ronald Findlay e Kevin Rourke, “Commodity Market Integration, 1500-2000”, in Bordo, Taylor e Williamson (orgs.), *Globalization in Historical Perspective*, pp. 13-64, esp. pp. 16-7.

⁷ Cf. Michel-Ralph Trouillot, “The Perspective of the World: Globalization and Now”, in Elisabeth Mudimbe-Boyi (org.), *Beyond Dichotomies. Histories, Identities, Cultures, and the Challenge of Globalization*, Albany: State University of Nova York Press, 2002, pp. 8-9.



cada vez mais intenso, de produtos, imagens e estilos, através de fronteiras geográficas, econômicas, políticas e culturais estabelecidas, e nas mudanças na vida material e nas práticas culturais daí decorrentes. Os europeus puseram esse processo em marcha e mantiveram o papel principal – embora nem sempre crucial e jamais exclusivo – na sua operação. Mas seus componentes materiais e imateriais tiveram fontes diversas tanto nas margens do Atlântico quanto além delas.⁸ Um aspecto significativo da globalização do início da era moderna reside, de fato, em sua conexão e interação de áreas de produção e consumo antes separadas. O Atlântico globalizante não constituiu, em outras palavras, um sistema fechado. Também é significativo que a globalização do início da era moderna, que incluía mercadorias padronizadas e produzidas em massa, cujo consumo afetava a vida cotidiana de grandes grupos populacionais, ocorreu *antes* do advento da industrialização baseada na fábrica. E, diferentemente da globalização mais recente, a variedade do início da era moderna teve lugar sem uma liberalização formal dos mercados e sem a criação de organizações políticas e econômicas transnacionais; de fato, teve lugar à revelia de obstáculos imperiais, mercantilistas e outros.

Postulados e argumentos (2): consumo. Entendo o consumo como um conjunto de práticas que combinam determinantes e objetivos sociais e culturais, por um lado, e econômicos, por outro. Consumir significa tanto usar quanto comprar, ou, de acordo com sua etimologia latina, os atos reunidos de aquisição e apropriação.⁹ Estes ocorrem por muitas razões e pela invocação consciente ou inconsciente de muitos critérios práticos (tais como durabilidade ou preço), estéticos, simbólicos, socio-culturais (moda, ou conformidade, ou mesmo compulsão, por exemplo). Como resultado, tanto as pessoas quanto os produtos, os consumidores e as mercadorias contribuem para as transações.

O consumo, em condições de globalização, é sempre entendido de acordo com uma de duas formas: para uma escola de pensamento,

⁸ Embora privilegiando a mudança cultural, um enfoque eurocêntrico e o descaso pela cultura material diminuem a força do trabalho de Pieter Emmer, "The Myth of Early Globalisation: the Atlantic Economy, 1500-1800", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios*, 2008, <http://nuevomundo.revues.org/index42173.html>, acessado em 22/10/2008.

⁹ Para uma revisão e uma apreciação sensível deste amplo tema, ver Roberta Sassatelli, *Consumer culture: History, Theory and Politics*, Londres e Thousand Oaks: Sage, 2007.



envolve a *difusão* relativamente direta de bens que carregam significados econômicos ou culturalmente dominantes e que substituem produtos e culturas nativas; para a outra interpretação, a *personalização* modifica mercadorias globais para consumo em locais específicos, fenômeno que é frequentemente denominado “glocalização”¹⁰ e pode ser encampado tanto pelos produtores (caso em que é referido muitas vezes como exploração de “nichos de mercado”) como pelos consumidores.¹¹ (Ambas as formas de encarar o consumo globalizado podem ser valorizadas positiva ou negativamente.) Meu argumento é que ambas as explicações podem descrever de forma acurada o consumo globalizado – às vezes. Qual delas procede depende de uma série de circunstâncias; apenas a investigação empírica pode estabelecer qual das duas está certa para qualquer caso específico.

E, o que é mais importante, essas duas formas de compreender o consumo globalizado não esgotam a totalidade de sua experiência, pelo menos no Atlântico do início da era moderna. De igual importância, se não mais provável, era a *inovação*, por meio da qual produtos e significados híbridos eram gerados (incluindo o agora bem estudado fenômeno da invenção da tradição). Tal inventividade – proporcionando novos materiais para novas mensagens – podia decorrer de uma combinação de estilos e mercadorias globais ou de uma combinação de mercadorias e modas tanto globais quanto nativas. Mercadorias globais também podiam ser utilizadas para a *afirmação* da convenção: novos materiais para velhas mensagens. Dessa forma a globalização acarretava desfechos possíveis, mais que definitivos, para o consumo. Nem uma maior homogeneidade, nem uma maior heterogeneidade estavam predeterminadas. Dado que as várias formas de apropriação podiam superpor-se na prática, um contínuo, e não uma oposição binária, de fato definia as possibilidades disponíveis.

Vale a pena notar que tanto os modelos de difusão quanto os de

¹⁰ No original, “glocalization” (N.T.).

¹¹ Considerações sugestivas sobre esses tópicos foram feitas por Jonathan Perraton, “What Are Global Markets: the Significance of Networks of Trade?”, in Randall Germain (org.), *Globalization and its critics. Perspectives from Political Economy*, Nova York: St. Martins, 2000, pp. 164-82; e Roland Robertson, “Comments on the ‘Global Triad’ and ‘Glocalization’”, in Nobutaka Inoue (org.), *Globalization and Indigenous Culture*, Tokyo: Institute for Japanese Culture and Classics, Kokugakuin University, 1997.



personalização e “glocalização” vislumbram a globalização, tipicamente, como emanando de algum centro – a Europa, para o início do período moderno – e os resultantes atos de consumo como reativos aos empreendimentos daquele centro e deles dependentes. Sem negar que alguns dos participantes, em algum dos aspectos da globalização, ou em todos eles, possuem mais poder ao longo de uma ou mais dimensões, defendendo que a globalização é mais frequentemente interativa e concomitante, e que os atos de consumo dela resultantes são criativos em múltiplos centros. Dessa forma, em vez de um sistema de vias expressas e acessos locais,¹² ou estímulo e resposta, minha analogia preferida é a de uma rede estratificada, na qual certos participantes, posicionados em nós melhor providos de recursos, detinham um poder maior no estabelecimento das regras, e podiam tomar um número maior de decisões cruciais do que outros – conformando, mas não ditando, o comportamento de consumo dos participantes localizados em nós menos ricos em recursos.¹³ Alguns participantes eram favorecidos, ainda, por dominarem nas ligações entre os nós.



O crescimento do comércio de têxteis no Atlântico



Um breve exame de alguns dados quantitativos pode expressar o motivo pelo qual penso podermos falar propriamente de uma globalização têxtil no início da era moderna. A globalização, no sentido amplo que utilizo, é difícil de medir, mas envolve alguns fenômenos mensuráveis, notadamente para meus propósitos, a crescente circulação de bens de consumo. Para indicar a magnitude desse crescimento no mundo atlântico, parece apropriado medir o volume de exportações e reexportações europeias, dado que navios europeus carregavam uma proporção tão alta do comércio atlântico. As três tabelas seguintes resumem os números relevantes.

O total das exportações e reexportações inglesas cresceu quase

¹² Literalmente *hub-and-spoke*, um modelo de tráfego aéreo que articula voos locais de aeroportos pequenos a grandes aeroportos regionais, onde há conexões de longa distância (N.T.).

¹³ Meu pensamento sobre esses temas foi influenciado por Wilbur R. Maki e Richard W. Lichty, *Urban Regionaleconomics: Concepts, Tools, Applications*, Ames: Iowa State University Press, 2000, esp. pp. 84-94; Paul M. Hohenberg e Lynn Hollen Lees, *The Making of Urban Europe 1000-1950*, Cambridge: Harvard University Press, 1985, esp. pp. 4-5, 49-72; e John Scott, *Social Network Analysis: a Handbook*, 2ª ed., Londres e Thousands Oaks: Sage, 2000.





Tabela 1
Crescimento do total das exportações e reexportações
(cifras do fim do século XVIII como múltiplo
de cifras do início do século XVIII)

Países e datas	Crescimento total		Crescimento atlântico	
	(todas as ma nu fa tu ras)	(têx teis)	(todas as ma nu fa tu ras)	(têx teis)
Inglaterra (1699-1701 a 1772-1774)	2,4	1,8	6	6
França (1716-1720 a 1787-1789)	5		10	

Fontes: Ralph Davis, "English Foreign Trade, 1700-1774", *Economic History Review*, vol. 15, n.º 2 (1962), pp. 302-3; Pierre Léon, "L'élan industriel et commercial", in Fernand Braudel e Ernest Labrousse (orgs.), *Histoire économique et sociale de la France*, 4 vols., Paris: Presses Universitaires de France, 1970-1980, vol. II, pp. 503-5.

duas vezes e meia em valor entre os anos 1699/1701 e 1772/1774. Em contraste, o valor daquelas destinadas ao Atlântico não europeu (África e Américas) ficou seis vezes maior. Por sua parte, o comércio exterior francês como um todo quintuplicou entre o período de 1716/1720 e 1787/1789. As trocas comerciais da França com o resto da Europa quadruplicaram, mas o comércio atlântico inflou dez vezes.¹⁴ No início do século XVIII, como mostra a Tabela 2, o Atlântico ficava com um oitavo das exportações e reexportações inglesas, mas, às vésperas da Revolução Americana, esse número tinha chegado a um terço. Apesar de sempre proporcionalmente menor que a da Inglaterra, a parte das exportações francesas destinada ao Atlântico cresceu quase duas vezes mais que a de sua rival, aumentan-

¹⁴ Além das fontes citadas na Tabela 1, ver Paul Butel, *L'économie française au XVIIIe siècle*, Paris: SEDES, 1993, pp. 116-7; Françoise Bayard e Philippe Guignet, *L'économie française aux XVIe, XVIIe et XVIIIe siècles*, Gap e Paris: Ophrys, 1991, pp. 166-7; Robert Paul Thomas e Donald McCloskey, "Overseas Trade and Empire, 1700-1860", in Roderick Floud e Donald McCloskey (orgs.), *The Economic History of Britain since 1700*, 2 vols. (Cambridge: Cambridge University Press, 1981), vol. I, p. 91; e Stanley Engerman, "Mercantilism and Overseas Trade, 1700-1800", in Roderick Floud e Donald McCloskey (orgs.), *The Economic History of Britain since 1700*, 2ª ed, 3 vols. (Cambridge: Cambridge University Press, 1994), vol. I, p. 191.



Tabela 2
A parte atlântica das exportações
(Porcentagem do total de exportações e reexportações)

País	Início do século XVIII	Final do século XVIII
Inglaterra	13% (1699-1701)	33% (1772-1774)
França	4% (1716-1720)	17% (1787-1789)

Fontes: Davis, "English Foreign Trade", pp. 302-3; Butel, *L'économie française*, p. 88.

Tabela 3
Crescimento das exportações e reexportações
de tecidos ingleses
(cifras de 1772/74 como múltiplo de cifras de 1699/1701)

Tipo de tecido	Crescimento total		Atlântico (% do total)*
	(todos os mercados)	(Atlântico)	
Algodões e calicôs	2,6	4,3	28
Linhos	5,9	6,2	91
Sedas	3	6,9	46
Lãs	1,4	6,2	27

Fonte: Calculado a partir dos dados em Davis, "English Foreign Trade", pp. 302-3.

* Exportações e reexportações de têxteis para as Américas e a África como porcentagem de todas as exportações e reexportações de têxteis.

do de apenas um vinte e cinco avos para quase um quinto do total de exportações entre a década de 1710 e o fim dos anos de 1780.

Assim como o comércio atlântico em geral, o comércio têxtil através do Atlântico era particularmente dinâmico, ainda que muito esparsamente documentado. Mesmo assim, de fato, sabemos que, enquanto as exportações e reexportações inglesas de têxteis como um todo (das quais mais de três quartos dos tecidos de algodão e alguns de seda eram asiáticos) cresceram menos que o dobro entre 1699/1701 e 1772/1774, as destinadas às Américas e à África Ocidental aumentaram mais de seis vezes (colunas 3 e 5 da Tabela 1). Ao longo desse período, os têxteis sempre compuseram mais da metade do total de exportações e reexportações inglesas, e cerca de três quintos das exportações e reexportações dos artigos manufaturados. Como a Tabela 3 revela, o fluxo atlântico de tecidos



dos de cada uma das principais categorias de fibras aumentou, de maneira similar, mais do que o fluxo para outros mercados. O aumento foi de mais de quatro vezes para tecidos de algodão e calicôs, de mais de seis vezes para artigos de lã e linho, e de quase sete vezes para sedas. Por volta dos anos 1772/1774, mais de noventa por cento das exportações e reexportações britânicas de linho eram destinadas aos consumidores do mundo atlântico, bem como cerca da metade de todos os artigos de seda, e mais de um quarto de todos os tecidos de lã, algodão e calicô.¹⁵

Embora dados agregados não estejam disponíveis para a França e a Holanda, elas também experimentaram um crescimento notável nas exportações e reexportações de têxteis para a África Ocidental e para as Américas, em particular para as Antilhas.¹⁶ Como no caso da Inglaterra, as exportações e as reexportações francesas incluíam uma proporção considerável de tecidos asiáticos de algodão e de seda, assim como artigos de lã da Ásia Menor e do Mediterrâneo oriental. Havia também um crescente movimento regional e inter-regional de panos de algodão ao longo da costa da África Ocidental, e panos da África Ocidental eram exportados para o Brasil e para as Antilhas, junto com escravos africanos.¹⁷ Finalmente, na

¹⁵ Além de Davis, "English Foreign Trade", ver também John J. McCusker e Russell R. Menard, *The economy of British America 1607-1789*, 2ª ed., Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991, p. 284; e K. G. Davies, *The Royal African Company*, Londres: Longman, 1957.

¹⁶ John G. Clark, *La Rochelle and the Atlantic Economy During the Eighteenth Century*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981, esp. p. 112; Jan de Vries e Ad van der Woude, *The First Modern Economy. Success, Failure, and Perseverance of the Dutch Economy, 1500-1815*, Cambridge: Cambridge University Press, 1997, esp. cap. 10; e Robert DuPlessis, "Cloth and the Emergence of the Atlantic Economy", in Peter Coclanis (org.), *The Atlantic Economy During the Seventeenth and Eighteenth Centuries. Organization, Operation, Practice, and Personnel*, (Columbia: University of South Carolina Press, 2005), pp. 84-5.

¹⁷ George E. Brooks, *Eurafricans in Western Africa. Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century*, Athens: Ohio University Press, 2003, pp. 252-4; Brooks, *Landlords and Strangers. Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000-1630*, Boulder: Westview Press, 1993, pp. 5, 23, 55-6, 157, 165-6, 219-20, 300; Philip D. Curtin, *Economic Change in Precolonial Africa. Senegambia in the Era of the Slave Trade*, Madison: University of Wisconsin Press, 1975, pp. 211-3; Kwame Yeboa Daaku, *Trade and Politics on the Gold Coast 1600-1720*, Oxford: Clarendon Press, 1970, pp. 5-7; Nize Izabel de Moraes, "Le commerce des tissus à la Petite Côte au XVIIIe siècle (Sénégal)", *Notes Africaines*, 139 (1973), pp. 71-5; Marion Johnson, "Technology, Competition, and African Crafts," in Clive Dewey e A. G. Hopkins (orgs.), *The Imperial Impact: Studies in the Economic History of Africa and India* (Londres: Athlone Press, 1978), pp. 259-63.



América Central, e particularmente na América do Sul, tecidos de lã e de algodão eram comercializados através de distâncias consideráveis.¹⁸ Assim, além de aumentar o comércio *intercontinental* no Atlântico, a globalização ampliou as trocas econômicas *intracontinentais* de longa distância, tanto geográfica quanto quantitativamente. Obviamente, o crescimento do comércio de tecidos no Atlântico era em parte ocasionado pelo crescente número de europeus transplantados para as Américas. Mas o aumento do tráfico de seres humanos escravizados era a causa mais importante, e seus efeitos, sentidos dos dois lados do oceano. Panos eram a principal mercadoria trocada por escravos na maior parte dos mercados africanos. Nos sistemas de *plantation* escravista do Novo Mundo, os tecidos eram usados em uma ampla variedade de situações: para vestir os escravizados, assim como para suas camas e outras necessidades domésticas; como embalagens para a exportação do açúcar e outros “produtos tropicais”; e em processos como a fabricação do anil, na qual tecidos grosseiros de linho incorporavam a pasta resultante da infusão, da maceração e da decantação da planta do índigo, após a drenagem da água.¹⁹ Em resumo, o quase contínuo e rápido crescimento no número de africanos enviados acorrentados através do Atlântico – algo como duzentos e setenta e oito mil no século XVI, cerca de um milhão e novecentos mil no século XVII, e quase quatro milhões e meio entre 1701 e 1775 – e a força de trabalho que eles representavam firmavam a concomitante expansão das trocas comerciais de tecidos no Atlântico.²⁰

¹⁸ Richard Salvucci, *Textiles and Capitalism in Mexico: an Economic History of the Obrajes, 1539-1840*, Princeton: Princeton University Press, 1988; John R. Fisher, *The Economic Aspects of Spanish Imperialism in America, 1492-1810*, Liverpool: Liverpool University Press, 1997, pp. 65, 105-6; Arnold J. Bauer, *Goods, Power, History. Latin America's Material Culture*, Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 11-2, 86, 105-10; Ida Altman, *Transatlantic Ties in the Spanish Empire. Brihuega, Spain and Puebla, Mexico 1560-1620*, Stanford: Stanford University Press, 2000, pp. 62-3.

¹⁹ Sobre a fabricação do anil, ver [Sir Dalby Thomas], *An Historical Account of the Rise and Growth of the West-India Colonies*, Londres: Jo. Hindmarsh, 1690, p. 23.

²⁰ Para as mais recentes estimativas sobre a exportação de escravos, ver *The Trans-Atlantic Slave Trade Database*: <http://www.slavevoyages.com/tast/assessment/estimates.faces>, acessado em 13/11/2008. Em muitas das colônias mais populosas, o emprego de muitos dos habitantes livres dependia direta ou indiretamente do sistema de *plantation*, o que sublinha ainda mais a centralidade da escravização e do tráfico de escravos para a globalização do Atlântico. Gostaria de agradecer ao professor João José Reis por me encorajar a elaborar esse tópico. Embora nunca representando, no total, mais que uma pequena fração de todas as



O Pano de Peggy

Na quinta-feira, 22 de novembro de 1716, uma índia *cherokee*, conhecida pelos moradores da Carolina do Sul como “Índia Peggy”, apareceu frente aos cinco homens que compunham a “Junta dos Comissários para a Melhor Regulação do Comércio Indígena” daquela colônia, instalada em Charles Town.²¹ Peggy havia chegado à cidade três semanas antes, em companhia do Coronel Teophilus Hastings, agente da Junta no território *cherokee*, de seu filho, de dois outros ameríndios e de dois franceses, um dos quais, “pertencente a ela”, pretendia “trocar”. Seu pedido de “satisfação”, junto com recomendações de “gratificação” pelos “serviços” de seus companheiros índios como sentinelas e carregadores, havia sido apresentado por Hastings aos comissários da Junta e, por ordem desta, à Câmara dos Comuns (assembleia da colônia), que havia criado a Junta e continuava a financiá-la e a monitorá-la de perto. Todos rapidamente concordaram com a sugestão de Hastings de ofertar “uma manta” (subsequentemente definida como “uma manta branca de lã grossa de Duffield”, um tipo de moletom) como “pagamento” para cada um dos índios.²² Em contraste, decidir o que era “apropriado dar à Índia Peggy” mostrou-se mais difícil, talvez porque ela devesse ser recompensada não apenas “por redimir e entregar ao Governo um francês”

peças escravizadas no mundo atlântico, escravos ameríndios foram importantes em períodos e lugares específicos; por exemplo, entre 30 e 50 mil indígenas foram escravizados pelos britânicos, ou por eles comprados, antes de 1715, no sul da América do Norte. Ver Alan Gallay, *The Indian slave trade. The Rise of the English Empire in the American South, 1670-1717*, New Haven: Yale University Press, 2002, pp. 294-300.

²¹ O relato seguinte é baseado em transcrições publicadas em W. L. McDowell (org.), *Journals of the Commissioners of the Indian Trade, September 20, 1710 - August 29, 1718*, (Columbia: South Carolina Archives Department (1955)), pp. 120-31.

²² Uma descrição dos vários tipos de têxteis mencionados neste ensaio está disponível em um glossário ao fim do texto. O termo *matchcoat*, usualmente escrito como uma só palavra, e traduzido aqui como “manta”, referia-se inicialmente a uma peça de plumas ou de pele, feita pelos ameríndios. Ao longo do tempo, a palavra veio a significar uma peça inteira de tecido de lã que era usada em volta do corpo, como as mantas geralmente eram usadas, ou um traje pronto, folgado, confeccionado com lã importada. Para uma discussão extensa e detalhada, ver Marshall Joseph Becker, “Matchcoats: cultural conservatism and change in one aspect of Native American clothing”, *Ethnohistory*, 52, 4 (2005), pp. 727-87. Muitos euro-americanos usavam os termos *matchcoat* e *blanket* (manta ou cobertor) como sinônimos; ver, por exemplo, Columbia University Libraries, Special Collections, Montgomery Collection, William Pollard Letterbook 1764-1768, *Pollard to Christopher Rawson*, 10/01/1766, p. 177.



(palavras da Câmara dos Comuns, quando a tarefa de decidir foi devolvida à Junta e a Hastings), mas “também pela gentileza demonstrada para como os ingleses, e para encorajá-la a continuar demonstrando tal gentileza para com eles no futuro”.

Para ajudá-los a decidir, os comissários convocaram Peggy, que testemunhou que seu irmão havia comprado o homem de seus captores por uma quantidade considerável de bens: “uma arma de fogo, uma manta branca de lã grossa de Duffield, duas mantas de casimira enfiada, um cutelo, e um pouco de pólvora e de tinta”. Em resposta a “suas demandas em troca do dito francês”, Peggy especificou “que a arma podia ser devolvida, e que o valor do resto dos bens lhe podia ser pago em tecidos de Stroud”,²³ feitos de lã, como os de Duffield, e a casimira, mencionados acima.²⁴ A junta imediatamente votou por “comprar uma arma do comércio indígena, a ser entregue à Índia Peggy como parte do pagamento” pelo cativo, mas, apesar de sua preferência por tecidos de Stroud, “resolveu gratificá-la, fazendo-lhe, de presente, um vestido de calicô para ela, e um traje de estofado e um chapéu, para seu filho, [...] em nome do povo”.

Esses itens tinham provavelmente a intenção de ser uma rica recompensa. A título de comparação, no dia seguinte a Junta ofertou ao “conjurador”, o líder pró-inglês da aldeia *cherokee* de Tugaloo (onde tanto Hastings quanto Peggy residiam), que havia resgatado “um homem francês do Canadá” algum tempo antes, um casaco e um chapéu ornamentado – mas apenas depois que o conjurador se queixara, através de

²³ Stroud, cidade da Inglaterra (N.T.).

²⁴ O tecido de Stroud é com frequência descrito como uma lã inferior. No entanto, uma análise recente argumenta de maneira convincente que se tratava de um tecido de boa qualidade, embora incorporasse refugo de lã, retalhos de feltro, refugo e retalhos de lã lavrada, assim como lã de tosquia, e tinha um acabamento menos elaborado do que tecidos de lã mais caros, sendo apenas escovado e prensado, em vez de ter as fibras erguidas e cortadas rente, o que resultava em uma superfície grosseira e simples, não aveludada. Ver Cory S. Willmott, “From Stroud to Strouds: the Hidden History of a British fur Trade Textile”, *Textile History*, vol. 36, nº 2 (2005), pp. 196-234. Registros de preços de mercadores e inventários ao longo dos séculos XVII e XVIII confirmam esse julgamento: custando cerca de cinquenta por cento mais que a média de todos os tecidos de lã, os tecidos de Stroud eram apreçados no mesmo patamar das variedades mais baratas de casimira. Tecidos de Duffel, de lã grosseira, custavam apenas metade ou três quartos do preço dos tecidos de Stroud, mas ainda eram um quarto ou um terço mais caros que os tecidos de lã em geral.



Hastings, de que “ele não havia ainda recebido satisfação”.²⁵ Entretanto, Peggy aparentemente não ficou “gratificada”, pois, em 24 de novembro, os comissários abruptamente “ordenaram que Thomas Barton, almoxarife, entregasse à Índia Peggy oito jardas de tecidos de Stroud e a arma comprada, em total quitação por um homem francês resgatado por ela”.

Junto com outras questões (que devo ignorar aqui), esse incidente revela três aspectos importantes da globalização do início da era moderna, que indicam igualmente por que os indígenas norte-americanos se vestiam da forma como o faziam: *de que maneira* bens de consumo globalizados (neste caso, tecidos) *chegavam* a comunidades (aqui, povoações ameríndias); *por que tipos específicos* de bens globais circulavam; e *de que forma* eles eram *apropriados*. Começemos com o primeiro aspecto, o de como os bens de consumo eram disponibilizados. Notem que os têxteis entregues a Peggy, em troca de sua posse do cativo francês, são descritos alternadamente como pagamento pelo cativo, como ofertas ou presentes e como recompensas por seu favor ou sua amizade (“gentileza”). Esses termos identificam, de fato, os principais meios pelos quais os europeus distribuíam mercadorias para não europeus: comércio, presentes ou pagamento por serviços. Embora analítica e por vezes empiricamente distintos, esses modos de distribuição de bens eram, como a história de Peggy sugere, estreitamente associados – na verdade, entrelaçados. Presentes eram, se não indistinguíveis, intrínsecos às trocas e aos pagamentos de toda forma de bens e serviços, de peles e terras, até a boa vontade e a aliança militar, para não mencionar a devolução de escravos fugidos e o resgate de cativos. A globalização do início da era moderna dependia de modos de circulação tanto centrados no mercado quanto externos a ele.

Panos e roupas quase sempre constavam do topo da lista, ou quase, dentre as manufaturas e as bebidas que eram presenteadas, vendidas ou entregues como pagamento. Nem todos os tipos de panos, entretanto. A história de Peggy aponta com precisão os principais tecidos que circulavam não apenas no sudeste como em toda a América do Norte indígena. Como escreveu em um memorando de 1724 o bem-

²⁵ Sobre o conjurador, ver Tom Hartley, *The Dividing Paths. Cherokees and South Carolinians through the Era of Revolution*, Nova York: Oxford University Press, 1993, pp. 24, 35.



informado Cadwalader Colden, de Nova York, “as principais mercadorias apropriadas para o mercado indígena [...] consiste [sic] de tecidos de Stroud, mantas de Duffield e outros tecidos de lã [...]”.²⁶ Seu comentário sobre a predominância da lã manteve-se verdadeiro para todo o período colonial, tanto em termos de volume como de valor, e manteve-se verdadeiro para presentes e pagamentos, assim como para o comércio.²⁷ Mas algumas vezes os colonos tinham outras ideias. Embora os ameríndios, independente do sexo, mencionassem apenas tecidos de lã, os moradores da Carolina do Sul ofereceram lã para os homens, e algodão (calicô) para Peggy. Não se trata de uma aberração, como podem demonstrar exemplos desde os Grandes Lagos à Flórida.²⁸ A oferta reflete tanto a crescente popularidade dos tecidos de algodão no mundo

²⁶ “Mr. Colden’s Memoir on the Fur Trade” [1724], in E. B. O’Callaghan (org.), *Documents Relative to the Colonial History of the State of New-York*, 15 vols., Albany, Wood, Parsons, 1853-1887, vol. V, p. 728. Cf. “Robert Pringle, Charles Town, to Thomas Hutchinson and Thomas Goldthwait, Boston, 11/02/1743” [1744 NS], in Walter B. Edgar (org.), *The Letterbook of Robert Pringle*, 2 vols., (Columbia: University of South Carolina Press, 1972), vol. II, p. 646: “Tecidos de Stroud & mantas de Duffield [...] são os artigos mais relevantes para o comércio indígena [...]”.

²⁷ Apenas dois exemplos: dos trajes, mantas e peças de tecido incluídos em 37 carregamentos enviados de Montreal para a região dos Grandes Lagos, entre 1721 e 1748, os tecidos de lã somavam mais de 87% em valor, tecidos de linho representavam 9%, tecidos de algodão, [pelo mesmo motivo da seguinte] 3%, e sedas, uma pequena fração de 1% – sendo meus cálculos baseados em Dean Anderson, “Documentary and Archaeological Perspectives on European Trade Goods in the Western Great Lakes Region”, (Tese de Doutorado, Michigan State University, 1992). Em relação aos presentes ofertados pelos britânicos aos índios da Carolina do Sul e da Geórgia, entre 1748 e 1749, tecidos de lã compunham 86,5% de todas as despesas com roupas e vestimentas, e linhos, 7,5%. Tecidos de Stroud (tipo de moletom) equivaliam, em valor, a cerca de 38% dos tecidos de lã, e moletons (*duffels*) somavam 16%. National Archives of the United Kingdom (doravante NAUK), CO5/389.

²⁸ A diferença de gênero em relação aos tecidos foi enunciada como uma política explícita em instruções sobre a oferta de presentes ao primeiro governador régio da Carolina do Sul, Francis Nicholson, as quais especificavam apenas tecidos de lã e de linho como presentes adequados para homens, mas acrescentavam “vestidos e anáguas de calicô grosseiro” para mulheres. NAUK, CO 5/358, f. 3. Menos explicitamente, presentes para os índios savanas, em 1749, incluíam duas jardas de calicô para a filha de Itchco e suas duas crianças, mas tecidos de lã e uma camisa de linho xadrez para seu irmão. NAUK, CO 5/358, *op. cit.*, ff. 177-90, “An Account of the Distribution of His Majesty’s Presents”. Outros exemplos podem ser observado em W. L. McDowell (org.), *Documents Relating to Indian Affairs, 1754-1765*, (Columbia: University of South Carolina Press, 1970), p. 282 (em 1756, o chefe da aldeia de Tellico recebeu uma manta, seu filho, uma camisa, e sua mulher, um vestido de calicô e uma manta), e p. 475 (tecidos de Stroud e camisas para homens *chicksaws*, em 1758, calicô e linho *garlix* para suas esposas).



Philip Georg Friedrich von Reck, "The Indian King and Queen of the Yuchis" (1736)

Source: Det Kongelige Bibliotek, Copenhagen, Denmark, Ms. NKS 565 4^o, fol. 27r, <http://www.kb.dk/permalink/2006/manus/22/eng/27+recto/>, 21/11/2008.

atlântico quanto o fato de que a maior parte dos tecidos de algodão europeus e euro-americanos eram percebidos como femininos.²⁹ Indica ainda que a pressão em direção à padronização e à homogeneização cultural podia acompanhar mercadorias globais – embora essa pressão não viesse das mercadorias em si, mas daqueles que buscavam utilizá-las para propósitos específicos.

Pressões como essa não davam necessariamente frutos. Peggy era, de fato, uma pessoa persistente: afinal, ela queria (e terminou por obter) não tecidos de Stroud apenas, mas uma *peça* do tecido, em vez das vestimentas prontas, oferecidas originalmente pela Junta. Os ame-

²⁹ Uma discussão extensa desses temas foi feita em Robert DuPlessis, "Cottons Consumption in the Seventeenth and Eighteenth Century Atlantic World", in Giorgio Riello e Prasannan Parthasarathi (orgs.), *The Spinning World: a Global History of Cotton Textiles, 1200-1850* (Oxford: Oxford University Press, 2009), cap. 11.



ríndios eram bem conhecidos por articularem suas preferências e insistirem nelas. Algumas eram baseadas em critérios utilitários, tais como preço, qualidade e durabilidade. Outras eram de natureza simbólica e estética, como os pontos na manta da rainha indígena, desenhada por von Reck, ou as cores azul e vermelho, escolhidas para as vestes tanto do rei quanto da rainha.³⁰ Não é fácil discernir quais critérios operavam no caso de Peggy, mas, para nossos propósitos, o que importa é que a globalização não se apresentava como uma força monolítica que impunha normas metropolitanas a um destinatário passivo, mas um armazém de mercadorias dentre as quais Peggy buscava escolher. Nesse caso, uma cultura têxtil local emergiu da combinação entre gostos específicos e mercadorias globais. Tratava-se de personalização? Talvez. Mas é igualmente possível que se tratasse da afirmação de uma convenção prévia, pois Peggy provavelmente transformou o tecido de Stroud em algum tipo de manta, baseando-se em um modelo existente que, no passado, teria sido feito de peles.

Esse não era necessariamente o caso para a totalidade do consumo têxtil indígena, entretanto. A imagem do rei e da rainha índios revela que as mercadorias globais não definiram sozinhas as culturas têxteis da América do Norte nativa. Certamente, a saia e a manta drapejada da rainha eram de lã, assim como a tanga e as polainas do rei. Mas o resultado do conjunto era um híbrido de tecidos importados, peles e couro de cervo indígenas e ornamentação corporal pessoal. Seu traje é impensável sem os têxteis globais, mas é igualmente impensável sem a combinação desses tecidos com o traje e o material decorativo tradicionais.

³⁰ Sobre a importância dessas duas cores específicas, e da cor em geral, para consumidores ameríndios, ver Cory C. Silverstein, "Clothed Encounters: the Power of Dress in Relations Between Anishnaabe and British Peoples in the Great Lakes Region, 1760-2000", (Tese de doutorado, McMaster University, 2000), pp. 199-215. Cf. Silverstein, "Bright Baubles and Blue Broadcloth: Color Symbolism in the Aesthetics of Anishnaabe Fur Trade Dress", comunicação apresentada no encontro da Sociedade Americana de Etno-história, 21/10/2000. Gostaria de agradecer ao professor Silverstein por me enviar uma cópia deste artigo. Mais sobre von Reck, incluindo reproduções de outras imagens, está disponível em Kristian Hvidt (org.), *Von Reck's Voyage: Drawings and Journal of Philip Georg Friedrich von Reck*, (Savanna: Beehive Press, 1980). Sobre o bando *yuchi*, desenhado por von Reck, ver John R. Swanton, *The Indians of the Southeastern United States*, Washington: Smithsonian Institution Press, 1946, pp. 212-5 e *passim*; e Josephine Paterek, *Encyclopedia of American Indian Costume*, Santa Barbara: ABC-CLIO, 1994, pp. 35-7.



Globalização em ambos os lados do Atlântico

Em sua ampla *Descrição da parte francesa da ilha de Santo Domingo*, publicada em francês, na Filadélfia, em 1797, Médéric Louis Élie Moreau de Saint-Méry comentou o vestuário dos habitantes da mais rica e populosa das possessões francesas, o atual Haiti. Advogado caribenho (e talvez mulato), funcionário colonial, senhor de escravos e defensor da escravidão, teórico da diferença fundada na cor da pele, antigo revolucionário conservador e futuro administrador imperial reformista, baseou suas observações tanto em sua experiência pessoal, durante as décadas de 1770 e 1780, quanto em informações que remetiam aos inícios do século XVIII.³¹

Moreau dividiu os 520 mil habitantes da ilha em três “classes”: 40 mil brancos, um quarto dos quais, crioulos³² de Saint-Domingue, e os três quartos restantes, imigrantes da Europa ou de outras partes do Novo Mundo; 452 mil escravizados e 28 mil livres e libertos de cor (*affranchis*).³³ Deixou transparecer um interesse menor pelo traje dos brancos. Ainda assim, registrou que os recém-chegados aprendiam rapidamente a vestir-se com o que denominou “uniforme colonial” (*livrée coloniale*), composto não pelos pesados tecidos de lã decorada ou por sedas que definiam a moda na metrópole, mas por fazendas leves, tais como “tecidos de linho tornados muito custosos pela fineza de sua textura”.³⁴

Sua atenção estava voltada muito mais para as vestes da maioria escravizada e para os homens livres de cor:

³¹ Não existe uma biografia recente de Moreau de Saint-Méry, mas ver Étienne Taillemite, “Moreau de Saint-Méry”, in Médéric Louis Elie Moreau de Saint-Méry, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l’isle de Saint-Domingue*, ed. Blanche Maurel e Étienne Taillemite, Paris Société de l’histoire des colonies françaises: Earose, 1958; e Anthony Louis Elicona, *Un colonial sous la révolution en France et en Amérique: Moreau de Saint-Méry*, Paris: Jouve et Cie., 1934. Para uma boa introdução a seu pensamento racial, ver Doris Garraway, “Race, Reproduction and Family Romance in Moreau de Saint-Méry’s *Description [...] de la partie française de l’isle Saint-Domingue*”, *Eighteenth-Century Studies*, vol. 38, n° 2 (2005), pp. 227-47.

³² O termo crioulo é aqui empregado com o sentido de nascido localmente, portanto, sem a conotação racial específica que caracteriza seu uso no Brasil (N.T.).

³³ Moreau de Saint-Méry, *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l’isle de Saint-Domingue*, 2ª ed., 2 vols., Philadelphia: edição do autor, 1797, vol. I, p. 5.

³⁴ Moreau de Saint-Méry, *Description*, vol. I, pp. 9-10.



Uma camisa e um par de calções, eis o suficiente para um negro e, às vezes, um par de calções basta. Algumas vezes, essa camisa e esses calções são cortados da mesma qualidade de linho, mas, outras vezes, de tipos diferentes, de modo a produzir efeito. Usar calções longos ou curtos é outra decisão, embora os empregados do campo sempre os usem curtos. Um novo ponto alto da moda que por vezes é seguido é fazer colarinhos, punhos e suspensórios de um tecido distinto do resto do traje. Se não for preguiçoso, um negro tem um certo número de mudas de roupa, incluindo camisas e calções brancos para os domingos, os feriados e os dias especiais. Um chapéu mais ou menos fino – mas quase sempre com a aba abaixada – um tecido de linho de qualidade melhor, o acréscimo de uma jaqueta curta e sapatos... – essas são as gradações do luxo. A isso se devem juntar lenços, de maior ou menor custo, usados na cabeça, em volta da garganta e nos bolsos. Como resultado, um escravo vaidoso pode usar sobre o corpo tecidos no valor de dez luíses [duzentos francos], e seu guarda-roupa, com frequência, vale quatro ou cinco vezes mais. [...]

A roupa ordinária de uma negra é uma blusa, uma saia e um lenço. Mas quantas matizes são possíveis, do grosseiro linho de Vitré [*vitrés*], do brim e do *zingas* ao fino linho flamenco e ao *batiste*! E o lenço que lhe envolve a cabeça! Terá havido alguma vez uma moda que se preste melhor a qualquer capricho, seja agradável ou bizarro? Às vezes o torço é simples... Mas às vezes requer dez lenços, ou uma dúzia, colocados uns por cima dos outros, até formarem uma enorme touca, cujo peso demanda o espantoso senso de equilíbrio que negros de ambos os sexos exibem enquanto rapidamente percorrem largas distâncias com vasilhas nas cabeças, cheias, até transbordar, de líquidos, sem sequer usar de suas mãos. Que luxo, quando o mais simples desses doze lenços custa meio luís, e quando nos lembramos de que o lenço que cobre os demais tem de ser mudado toda semana! De fato, a despesa eleva-se mesmo bem acima disto, pois a elegância requer que a *écharpe* combine com o torço e, então, os lenços de bolso elevam o custo ainda mais.³⁵

Muitas escravas, continuava Moreau, usavam também espartilhos e jaquetas curtas ou *casaquins*, sem falar em sapatos, meias e chapéus com fitas, e algumas chegavam a comprar “soberbas musselinas, calicões

³⁵ Moreau de Saint-Méry, *Description*, vol. I, pp. 58-9.



e tafetás para saias”. Virtualmente, nenhum escravo [concluía], nem mesmo um trabalhador do campo, deixava de vestir-se a caráter para ir, pelo menos, “à igreja ou ao mercado aos domingos, e é difícil reconhecê-lo sob trajes tão refinados. Essa metamorfose é ainda mais notável entre as escravas que se apossaram de uma saia de musselina ou lenços de Palicat ou de Madras [madrasto]”.³⁶

Por audaciosa que fosse a exibição de costura entre os escravizados, seu auge, de acordo com Moreau, era alcançado entre os livres de cor, que, afirmava,

adoram o refinamento. Os coletes, as calças de linho fino, o chapéu ornamentado, lenços para a cabeça e o pescoço – a tudo é afeito o homem. Em dias especiais, ele sempre veste meias e um traje completo. Mas não importa o que esteja usando, ele sempre se porta com graça e elegância”.

Também para mulheres libertas de cor,

o luxo consiste quase totalmente na vestimenta. Tudo está concentrado no vestir. Com o fito de embelezar esse sexo de pele marrom, a moda faz uso de todas as mais belas e mais preciosas musselinas indianas, lenços de seda, tecidos de estofa e de linho.³⁸

O relato admirativo de Moreau, ainda que, por vezes, moralista, paternalista e exagerado, revela não apenas o quanto materiais e estilos globais circulavam no Caribe do século XVIII, mas também as várias maneiras segundo as quais eram consumidos, resultando tanto em características comuns quanto em distinções ao longo de linhas de gênero, *status* e etnicidade.

A imagem de Agostino Brunia ajuda a elucidar esses pontos. Assim como a descrição de Moreau, ela demonstra, antes de mais nada, que as formas de vestir de todos os setores da população colonial eram completamente dependentes das importações, fossem tecidos sofisticados ou mais básicos, de origem asiática, europeia ou (ainda que menos frequentemente) africana. Apesar do crescente cultivo de algodão e

³⁶ Moreau de Saint-Méry, *Description*, vol. I, p. 60.

³⁷ Moreau de Saint-Méry, *Description*, vol. I, p. 91.

³⁸ Moreau de Saint-Méry, *Description*, vol. I, p. 93.



índigo em Saint-Domingue, apesar da presença de indivíduos (tanto escravizados quanto livres) de áreas na África Ocidental e na Europa onde tecidos vinham sendo produzidos e comercializados por muito tempo, e apesar da explosão da demanda local e regional, nenhuma produção têxtil desenvolveu-se na ilha, de modo que não havia um vestuário indígena que se prestasse à hibridização. Amplos processos atlânticos e globais eram também sentidos de forma intensa. Muitos trajes utilizados por todos os moradores – camisas, blusas, calções, saias, jaquetas – eram evidentemente derivados de modelos europeus. Além disso, Saint-Domingue participou, por exemplo, na moda e na feminilização do algodão. Por volta da década de 1730, quando um número suficiente de fontes tornou-se disponível pela primeira vez, o algodão perfazia cerca de um terço dos estoques mercantes; por volta dos anos de 1760, a proporção tinha subido para quase dois quintos. Nesta última década, mais da metade dos trajes nos guarda-roupas de mulheres livres eram fabricados de algodão, contra apenas um quarto no caso dos homens.³⁹

Contudo, igualmente notáveis no retrato verbal feito por Moreau são as apropriações, por diversos grupos da população, de mercadorias globais distintas que também emergem da pintura de Brunias.⁴⁰ Os enfeites para a cabeça, baseados em protótipos africanos, feitos com lenços (conhecidos tanto como toucas, quanto torços), seja para homens ou para mulheres, são talvez as mais imediatamente aparentes. Ainda que imitados, em algumas ocasiões, por mulheres brancas, os torços definiam essencialmente as pessoas de cor, fossem livres ou escravizadas, como distintas dos brancos.⁴¹

³⁹ Centre des Archives d’Outre-Mer, Aix-en-Provence, France (doravante CAOM), Notariat de Saint-Domingue, Not. Beaulieu, Belin du Ressort, Berton, Bugaret, Carier, Casamajor, Daudin de Bellair, Delinois, Delorme de Roissy, Dupuis de Lavaux, Duval, Flanet, Guilleau, Ladoué, Laroque, Laville, Legendre (Cayes), Legendre (St. Louis), Le Jeune Duparnay, Mallet, Martin, Rivet, Saunier, Vieilhomme.

⁴⁰ Apesar de seu título, a pintura de Brunias foi baseada em suas observações na colônia britânica de Dominica, onde viveu por muitos anos a partir talvez de 1765. No entanto, até 1763, Dominica havia sido uma possessão francesa, e muitas evidências indicam similaridade nas culturas materiais do Caribe francês. Para uma excelente discussão, ver Lennox Honeychurch, “Chatoyer’s Artist: Agostino Brunias and the Depiction of St Vincent”, *Journal of the Barbados Museum and Historical Society*, nº 50 (2004), pp. 104-28.

⁴¹ François Girod, *La vie quotidienne de la société créole, Saint-Domingue au 18e siècle*, Paris: Hachette, 1972, p. 138. Ver também Steve O. Buckridge, *Language of dress. Resistance and Accommodation in Jamaica, 1760-1890*, Mona: University of the West Indies Press, 2004, pp. 23-4.



Agostino Brunias, “The Linen Market at St. Domingo” (1770s) Engraved print of painting by Agostino Brunias, published by John P. Thompson (London), October 6, 1804; print held by the Barbados Museum. Source: Image Reference NW0009, Jerome S. Handler and Michael L. Tuite Jr., “The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record”, <http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/>, sponsored by the Virginia Foundation for the Humanities and the University of Virginia Library.

Em uma época e em lugares em que ideias de diferenciação racial estavam sendo articuladas com mais empenho, e em que práticas de separação racial estavam sendo implementadas de modo mais agudo, mercados globais também estavam sendo mobilizadas enquanto marcadores visíveis dessas diferenças. A divisão racial era igualmente visível nas escolhas de tecidos, como revelado por inventários e outras fontes documentais. Pessoas livres de cor, bem como escravos, tinham uma proporção maior de roupas de algodão e linho do que as pessoas brancas, que preferiam a lã e a seda em bem maior medida.⁴²

⁴² CAOM, Notariat de Saint-Domingue. Para inventários de *gens de couleur* na década de 1780, ver Stewart R. King, *Blue Coat or Powdered Wig. Free People of Color in Pre-Revolutionary Saint Domingue*, Athens: University of Georgia Press, 2001, esp. p. 170.



Notáveis também são as diferenças entre o traje mais elaborado, mais abundante e mais variado das pessoas livres de cor, em primeiro plano, e a roupa simples de duas peças dos indivíduos escravizados, no fundo. Menos aparente na pintura, mas evidente em outras fontes, é que os torços usados por pessoas livres de cor geralmente eram feitos de materiais mais caros e incorporavam um número maior de peças que aqueles usados pelos escravos. Variações na qualidade dos tecidos são mais difíceis de observar, mas são indicadas pelos punhos e pela sobre-veste toda branca, respectivamente, do homem e da mulher livres. Mercadorias globais proporcionavam os meios materiais para exibir, e até ostentar novas posições sociais, e para expressar uma emergente hierarquia social e de *status*. Os estilos próprios das pessoas livres de cor não eram, entretanto, simples réplicas da moda metropolitana; antes, tanto quanto a veste colonial dos brancos, eram inovações criativas, híbridos estilísticos que utilizavam mercadorias globais para propósitos denotativos, localmente significativos no interior de fronteiras étnico-raciais, assim como através destas. A personalização e a hibridização de tecidos globais demonstram ter apresentado tanto alguns atributos materiais compartilhados, quanto algumas expressões estilísticas bastante divergentes.

Tanto a pintura de Brunias quanto o texto de Moreau silenciam sobre as origens dos tecidos que representam. Mas seguir as pistas dessa história revela uma maneira importante, através da qual regiões e povos não metropolitanos envolvidos pelas forças da globalização foram ao mesmo tempo agentes e objetos desse processo, transmitindo, bem como recebendo, estilos e práticas. Em particular, desvenda como mercadorias globais eram conformadas por múltiplos participantes em múltiplos lugares; como, em outras palavras, mercadorias globais estavam enraizadas em muitas fontes e determinantes. Aqui, posso apenas destacar as características de um punhado de indústrias que passaram a se orientar particularmente para o Caribe francês. Entre elas estava a manufatura de linho da região de Perche, a oeste de Paris, que, no século XVIII, escapou de um prolongado declínio, ao se especializar em linhos baratos de cânhamo. Por volta de 1756, oitenta por cento da produção de Perche eram exportados para as Antilhas, para serem usados como vestimenta de escravos ou embalagem para café e algodão; em meados da década de 1770, as



ilhas do Caribe ficavam com pelo menos noventa por cento de sua produção de linho.⁴³ Outro exemplo era a cidade de Lille, nos Flandres franceses, que reavivou sua base manufatureira, mudando da lã para tecidos de linho listrados ou axadrezados, conhecidos como *zingas*, um dos tipos mais populares no Caribe (foi citado por Moreau e pintado por Brunias). A extensão em que a produção têxtil estava entrelaçada ao Atlântico globalizante é sublinhada pelo fato de que o *zingas* não apenas passou a incorporar cada vez mais fios de algodão caribenho, como era comumente tingido com anil de Saint-Domingue. Daí serem os escravos literalmente vestidos com o suor de seus rostos.⁴⁴

Mas é o lenço vermelho de Cholet, visto na pintura de Agostino Brunias na cabeça de uma das vendedoras, numa tenda, e o retrato feito por Francois Malépart de Beaucourt de uma escrava doméstica, que mais notavelmente demonstram os amplos efeitos da globalização.

Por um lado, o lenço exemplifica a transmissão recíproca de estilos e práticas que se desenvolveram enquanto viajavam para lá e para cá através do Atlântico; por outro lado, demonstra como incorporar uma matéria-prima, que se tornou emblemática da globalização, a uma manufatura metropolitana alterava tanto o produto final quanto a estrutura organizacional da indústria que o produzia. Na Europa, e entre os colonos, o gosto pelos lenços, inicialmente nutrido pela moda do rapé no século XVII, foi impulsionado no começo do século XVIII pelo advento de um novo estilo feminino de usá-los em torno do pescoço. Da mesma

⁴³ Claude Cailly, *Mutations d'un espace proto-industriel: Le Perche au XVIIIe-XIXe siècles*, 2 vols. [Ceton, Orne], Fédération des Amis du Perche, 1993, vol. I, pp. 124-35, 261-2.

⁴⁴ Ver Robert DuPlessis, "One Theory, Two Draperies, Three Provinces and a Multitude of Fabrics: the New Drapery of French Flanders, Hainaut and the Tournaisis (Late Fifteenth – Late Eighteenth Centuries)", in Negley Harte (org.), *The New Draperies in the Low Countries and England, 1300-1800*, Oxford: Oxford University Press, 1997, pp. 129-72; Christophe Dieudonné, *Statistique du département du Nord*, 3 vols., Douai, Chez Marlier, 1804, esp. vol. II, pp. 263-8; James E. McClellan, *Colonialism and Science: Saint-Domingue in the Old Regime*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1992, p. 67. A popularidade do *zingas* é evidente nos estoques mercantis listados em inventários, para os quais ver Notariat de Saint-Domingue. Em um decreto das Ilhas de Barravento, de 1720, que tentou, sem resultado, estabelecer regras diferenciais de suntuosidade para escravos do eito, domésticos e pessoas livres de cor, *zingas* era um dos poucos tipos de tecido permitidos; Gabriel Debien, *Les esclaves aux Antilles françaises (XVIIe-XVIIIe siècles)*, Basse-Terre e Fort-de-France: Société d'Histoire de la Guadeloupe and Société d'Histoire de la Martinique, 1974, p. 240.



forma, como vimos, pessoas escravizadas ou livres de cor fizeram dos lenços aspectos centrais de seus modos de vestir.

Originalmente, a maior parte dos lenços vinha do Levante ou da Índia. Mesmo entre 1686 e 1750, quando os tecidos indianos de algodão estavam por lei banidos do mercado doméstico francês, podiam ser re-exportados e vendidos nas colônias. O mercado colonial também atraiu os mercadores-manufaturadores de Cholet, no oeste da França, que alegremente abandonaram sua antiga, mas cada vez menos vendável especialidade, tecidos lisos de linho, por um novo tipo de tecido de linho colorido, ou, de modo crescente, por lenços de linho e algodão, cujas cores e desenhos demonstram a influência (provavelmente levadas a partir do Caribe, ainda que ilegalmente) de algumas das peças de Palicat ou madastro, mencionadas por Moreau. Esses artigos rapidamente tornaram-se a moda característica em Saint-Domingue e em outros lugares das Antilhas francesas. Foram também exportados para a África ocidental, de modo que alguns africanos escravizados provavelmente já teriam entrado em contato com artigos de Cholet antes da chegada ao Novo Mundo. A partir de seus sucessos globais, dos conhecimentos de alfaiataria de colonos retornados (muitos dos quais acompanhados por ajudantes escravizados), e do gosto crescente na Europa por roupas mais leves e coloridas, os manufaturadores de Cholet logo voltaram sua atenção para o mercado doméstico, fazendo de uma versão modificada do lenço vermelho de Cholet uma parte do modo de vestir metropolitano que carregava tanto signos sociais implícitos quanto, às vezes, mensagens políticas abertas.⁴⁵

A adição de fios de algodão tingidos ao antigo lenço de linho era o segredo do sucesso comercial do lenço de Cholet. Que esse procedimento (assim como o algodão e a tintura de anil em relação ao *zingas*)

⁴⁵ Ver Valérie Berinstain, “Les mouchoirs à carreaux des Indes, ou madras, et la France aux XVIIe et XVIIIe siècles”, Françoise Cousin, “A la croisée des continents: le madras aux Antilles”; e Pascal Dolle, “Les débuts du mouchoir dans la production de la manufacture de Cholet au XVIIIe siècle”, in Jean-Joseph Chevalier e Élisabeth Loir-Mongazon (orgs.), *Le Mouchoir dans tous ses états* (Cholet: Musée du textile, 2000), pp. 151-3, 155-63, 39-47; Archives de la Chambre de Commerce et d’Industrie de Marseille-Provence, L 17/2, Fundo Georges Roux de Course, viagem do navio “Le Duc de Praslin” (1765-1766).



Francois Malépart de Beaucourt, The Negress, 1786 McCord Museum, Montreal. M 12067
Source: Musée McCord Museum, *Keys to History*,
<http://www.mccord-museum.qc.ca/en/keys/collections>,
21/11/2008.

vinculava o consumidor escravo ao produtor escravo colonial é provavelmente óbvio. Que vinculava o escravo colonial do eito ao tecelão proletarizado metropolitano já pode não ser óbvio. No tempo em que Cholet era especializada em artigos de linho, seus tecelões eram produtores autônomos, comprando linho e cânhamo cultivados na região e vendendo peças de tecido em mercados locais. Mas, desde que o algodão se tornou uma das fibras incorporadas em lenços destinados a compradores ao redor do Atlântico, empreendedores mercantis assumiram rapidamente o controle, adquirindo algodão cru de um dos portos ocidentais da França (a maior parte do qual chegava de Saint-Domingue) e distribuindo-o a tecelões que recebiam por produção e sob condições de



crescente regulação e disciplinarização. Os tecelões de Perche e Lille tiveram o mesmo destino.⁴⁶

O alcance crescente dos meios de informação e comercialização intrínsecos à globalização facilitou a incorporação das várias populações de Saint-Domingue em um mundo cada vez mais amplo de mercadorias, tornando possíveis as trocas de mensagens entre produtores e consumidores muito distantes, geográfica e socialmente entre si, e promovendo tanto o desenvolvimento de modas híbridas quanto a consolidação de desigualdades materiais. Virtualmente, qualquer um na ilha tinha algum acesso a têxteis importados. Alguns dos resultados eram notavelmente criativos, e alguns observadores, além de Moreau, estavam acostumados a discursar fervorosamente sobre as despesas que pessoas de todas as classes, incluindo escravos, prodigalizavam em seus guarda-roupas e em suas autorrepresentações vestuárias.⁴⁷ Ainda assim, o acesso geral a tecidos importados não diminuiu a hierarquia e a desigualdade, pois nem todos tinham o mesmo acesso. Seria um erro relegar o vestuário a um exemplo de difusão explícita para fora e para baixo. Como muitos observadores comentaram, vestir-se era uma experiência criativa valorizada e comum a todos os segmentos dessa sociedade escravista severamente estratificada e frequentemente brutal. Mas o ato mesmo do qual todos participavam retratava vividamente as diferenças muito reais entre eles: sua cultura têxtil, ao mesmo tempo que os unia, os dividia.

Na Costa da África

O costume e a roupa da classe mais rica de pessoas, tais como mercadores, corretores e outros, [...] consiste de três ou quatro varas, seja de cetim, pano de algodão, perpetuanas, *sayes*, chintz da Índia, ou outro tipo de tecido; as quais sem qualquer ajuda de alfaiates jogam sobre o corpo, enrolam em um pequeno círculo, e prendem de modo a pender do umbigo abaixo, cobrindo até a metade das pernas [...]. A vestimenta da classe

⁴⁶ Dolle, “Les débuts du mouchoir”, e Jean Maillard, “Des mouchoirs bien carrés”, in Chevalier e Loir-Mongazon (orgs.), *Le mouchoir dans tous ses états*, pp. 71-81.

⁴⁷ Ver, por exemplo, Michel René Hilliard d’Auberteuil, *Considerations sur l’état présent de la colonie française de Saint-Domingue*, 2 vols., Paris: Grangé, 1776-1777, vol. II, pp. 100-2.



Portraits of Men and Women on the Gold Coast, late seventeenth century
 Source: Jean Barbot, "A Description of the coasts of North and South-Guinea", in Awnsham and John Churchill, A Collection of Voyages and Travels, Some Now First Printed From Original Manuscripts, Others Now First Published in English, 6 vols., London, J. Walthoe [etc.], 1732, V: 237, plate 21.





comum, tais como pescadores, canoeiros, vendedores de vinho e outros artesanatos é [...] muito ordinária e pobre: alguns deles vestindo uma vara ou duas de estofado grosseiro, ou panos do próprio país [...]. [Outros homens] vestem panos mais finos, como *sayes*, perpetuanas, ou panos de *Quaquá*, afivelados sobre suas cinturas, e unidos entre suas pernas; de modo que as duas extremidades pendem na frente e atrás, algumas até os joelhos, e outras até os pés. Esse tipo de vestimenta é comum para a maioria dos homens, qualquer que seja sua condição, quando estão em casa, ou em viagens: mas quando pessoas ricas vão à cidade, ou em visita, elas colocam seu melhor traje, [...] ou envolvem seus pescoços e ombros com duas, três ou quatro varas de *sayes*, perpetuanas, ou tecidos mais finos, como cetim, chintz etc. [...]. Os escravos são em geral pobremente trajados, e sempre levam a cabeça descoberta.

A vestimenta comum às mulheres de qualidade é muito mais rica que a dos homens [...]. A parte inferior do corpo é coberta com um fino pano longo, amide duas ou três vezes mais comprido e largo que o dos homens. Esse pano longo elas envolvem em sua cintura, prendendo-o com uma tira de lã cardada vermelha, ou outro pano, com cerca de meia vara de largura e duas de comprimento, para ajustá-la bem ao corpo; ambas as extremidades dessa cinta pendendo sobre a anágua, a qual, quando é usada por mulheres da alta sociedade, é enriquecida com galões dourados e prateados.

A parte superior de seu corpo cobrem com um véu de seda, ou outra fazenda fina, ou calicôs; para cujo uso o verde e o azul são mais preferidos [...]. Algumas dessas mulheres envolvem as ditas longas peças de fazenda em volta de seu corpo, logo abaixo dos seios e, dessa forma, deixam-nos pendendo até a metade da altura das pernas, e mais abaixo; na parte de trás da cintura, colocam uma grossa grinalda de pano, *sayes* ou perpetuana, em vez de uma cinta [...]. Assim que essas damas *negras* voltam para casa, despem todo o seu rico traje, que guardam em seus baús, e, em seu lugar, envolvem-se em um pano da terra, que cobre apenas da cintura aos joelhos, para que possam ficar menos embaraçadas para executar seus trabalhos, ou o cuidado da casa, tal como os mais reles escravos poderiam fazer [...]. A classe mais ordinária de mulheres usa um véu ou manta, feita de quatro ou cinco varas de sarja de Leyden, para se proteger do frio e da chuva [...].⁴⁸

⁴⁸ Jean Barbot, "A Description of the Coasts of North and South-Guinea", in Awnsham e John Churchill, *A Collection of Voyages and Travels, Some Now First Printed From Original Manuscripts, Others Now First Published in English* 6v, Londres: J. Walthoe [etc.], 1732, vol. V, pp. 236-329.



Portraits of Men and Women on the Gold Coast, late seventeenth century
Source: Jean Barbot, "A Description of the coasts of North and South-Guinea", in Awnsham and John Churchill, A Collection of Voyages and Travels, some now first printed from original manuscripts, others now first published in English, 6 vols., London, J. Walthoe [etc.], 1732, V: 237, plate 21.



Barbot, um mercador protestante francês que buscou refúgio na Inglaterra após a revogação do Édito de Nantes, em 1685, comentava sobre o vestuário dos habitantes da região que os europeus chamavam de “Costa do Ouro”, correspondendo aproximadamente ao atual sul de Gana, baseado em suas observações durante viagens de comércio naquele local, em 1678-1679 e 1681-1682, e em outras fontes que cita, e ilustrava o relato com seus próprios desenhos.⁴⁹

Embora não seja tão fácil correlacionar com precisão as descrições de Barbot a suas imagens, juntas elas revelam alguns aspectos importantes do consumo globalizado, tal qual se desenrolou na África Ocidental. Para começar, tecidos importados – caros, como sedas, cetins, *sayes* de lã e perpetuanas, calicôs e chintz, ou baratos, como sarja de lã holandesa e “estofado grosseiro” – haviam-se claramente tornado proeminentes ao longo da costa. Mas panos estrangeiros não eram novos ali. Desde a Idade Média, pelo menos, africanos ao sul do Saara já eram consumidores de têxteis importados, incluindo tecidos de linho, de lã e fustão, trazidos por rotas terrestres desde o norte da África, alguns dos quais produzidos em lugares muito mais distantes.⁵⁰ Contudo, as novidades não significaram, em grau maior que o fizeram as importações anteriores, a decadência dos têxteis locais, tais como os altamente valorizados panos de algodão de *Quaqua*, da Costa do Marfim, e o “pano da própria terra”, que Barbot afirmava continuarem a ser usados por indivíduos pertencentes ou não à elite. Importações da Ásia e da Europa não suplantaram, simplesmente, os têxteis africanos, mas os suplementaram, embora a proporção de cada um, em termos do uso de qualquer pessoa em particular, variasse de acordo com as circunstâncias, tais como *status*, gênero, ocupação e lugar. Barbot, por exemplo, observou as diferentes roupas e tecidos vestidos por opulentas “damas *negras*”, a depender de estarem em casa ou em público.

⁴⁹ A melhor introdução a Barbot e seus escritos é a feita pelos editores em P. E. H. Hair, Adam Jones e Robin Law (orgs.), *Barbot on Guinea: the Writings of Jean Barbot on West Africa 1678-1712*, 2 vols., Londres: Hakluyt Society, 1992.

⁵⁰ John W. Blake (org.), *Europeans in West Africa 1450-1560*, 2 vols., Londres: Hakluyt Society, 1942, vol. I, pp. 97-8, 108; John Vogt, “Notes on the Portuguese Cloth Trade in West Africa, 1480-1540”, *International Journal of African Historical Studies*, 8 (1975), esp. pp. 644, 648; Jean Boulègue, “La Sénégambie du milieu du XVe siècle au début du XVIIIe siècle” (Tese de Doutorado, Universidade de Paris, 1968), pp. 87-8, 98; Brooks, *Landlords and strangers*, pp. 55-6, 68, 129, 219-20, 300.



Consumidores do oeste africano, dessa forma, faziam uso de têxteis de proveniência local, regional e internacional; a globalização tornou mais complexas, e não mais simples, as culturas têxteis. De fato, mercados europeus contribuíram para essa situação, ao aprimorarem o comércio de têxteis entre diferentes regiões da África ocidental. Um exemplo: os mercadores europeus adquiriam quantidades substanciais de tecidos de algodão produzidos nas zonas têxteis da Senegâmbia, do Golfo de Benim e de outros lugares, para troca nas regiões africanas exportadoras de ouro, marfim e escravos. Em comum, e junto com escravos, artigos de algodão, tecidos localmente, eram transportados de região a região dentro da própria África, e também exportados através do Atlântico.⁵¹ Embora os dados quantitativos sejam esparsos, a importância continuada desse comércio de panos, produzidos na costa ocidental da África, é indicado pelos doze mil panos do Benim e pelos dez mil panos de Ardra, que os mercadores holandeses sozinhos comercializaram entre 1635 e 1637; pelos dez mil panos do Benim, enviados para São Tomé dois séculos e meio mais tarde (1816); ou pelos panos de algodão de meia dúzia de outras regiões, que podem ser identificadas em relatos de mercadores contemporâneos.⁵²

Na primeira metade do século XVI, ademais, mercadores portugueses, aparentemente aproveitando-se da produção não comercializada existente, desenvolveram plantações de algodão e índigo, e as manufaturas a estas associadas de tecelagem e tinturaria, em diversas ilhas do arquipélago de Cabo Verde, utilizando africanos escravizados, comprados de regiões algodoeiras do continente. De acordo com todas as indicações, esse complexo integrado de produção e comercialização enviou panos para a parte continental da África Ocidental ao longo de muitos séculos.⁵³ Durante o século XVIII, empreendedores africanos entraram

⁵¹ Quero agradecer a João José Reis por ajudar-me a formular esse ponto.

⁵² A. F. C. Ryder, *Benin and the Europeans 1485-1897*, Nova York: Humanities Press, 1969, pp. 37, 93-4; Ray Kea, *Settlements, Trade, and Politics in the Seventeenth-Century Gold Coast*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1982, pp. 208-9. Ver ainda os trabalhos citados na nota 17.

⁵³ António Carreira, *Panaria Cabo-Verdiano-Guineense: aspectos históricos e sócio-económicos*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1969; T. Bentley Duncan, *Atlantic Islands. Madeira, the Azores and the Cape Verdes in Seventeenth-Century Commerce and Navigation*, Chicago: University of Chicago Press, 1972, pp. 21, 160, 212-30.



para a lista. No Benim, mercadores exploraram seu acesso privilegiado ao interior e o crescente uso do trabalho feminino e infantil para produzir artigos de algodão destinados tanto a ser vendidos em mercados locais, quanto exportados dentro da África e (embora com menos frequência) através do Atlântico.⁵⁴ E, no reino de Asante, a produção de panos de Kente exemplificava tipicamente a globalização. Tecidos de seda importados eram desfiados de modo que seus fios pudessem ser entrelaçados com fios de algodão local em tiras estreitas, costuradas, então, em padrões brilhantes, capturando a imaginação de virtualmente qualquer um que os visse.⁵⁵ Nesses casos, a familiaridade com os têxteis globais encorajava o aparecimento de novos produtores que buscavam operar, ao menos parcialmente, no palco global. A existência desses produtores sublinha a necessidade de resistir a uma narrativa unidirecional, que vê a globalização do início da era moderna apenas como uma força destrutiva da maior parte dos lugares e dos modos de produção, pois essa narrativa extrapola retroativamente os efeitos da primeira revolução industrial europeia, ou a revolução têxtil, para uma situação muito diferente na época da manufatura.

Por vezes, tecidos locais e importados eram empregados intercambiavelmente; isso era facilitado pelo fato de que, até os últimos anos do século XVIII, os estilos de vestir da maior parte dos africanos ocidentais eram pouco influenciados por modas estrangeiras.⁵⁶ Mesmo as elites tendiam a reservar roupas europeias, assim como objetos que compreendiam tecidos, tais como guarda-sóis, para ocasiões cerimoniais, quando esses itens chegavam a ser usados.⁵⁷

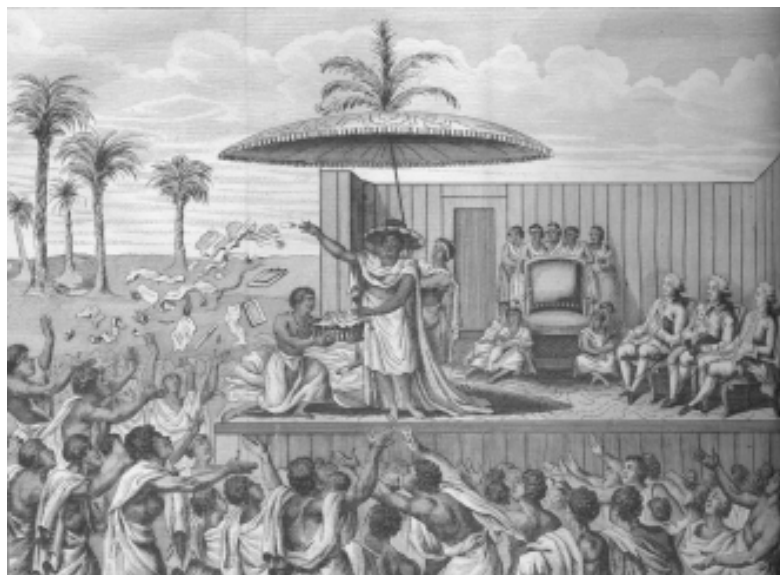
A globalização mostrava-se menos como uma força irresistível e mais como uma fonte de recursos que podiam ser explorados ou ignora-

⁵⁴ Colleen Kriger, *Cloth in West African History*, Lanham: Altamira, 2006, pp. 40-4.

⁵⁵ Buckridge, *Language of Dress*, p. 24. Essa combinação de fios de tecidos importados desfiados e algodão local não era exclusiva dos panos de Kente. Para outro exemplo, de Ajudá, na Costa dos Escravos, em que se mesclavam lã europeia e algodão africano, ver Robin Law, *The Slave Coast of West Africa 1550-1750: The Impact of the Atlantic Slave Trade on an African Society*, Oxford: Clarendon Press, 1991, p. 45.

⁵⁶ Kriger, *Cloth in West African History*, pp. 36-7.

⁵⁷ Isso fica claro na ilustração de Pruneau de Pommegorge, publicada em 1789. Ainda que o pano do grande guarda-sol certamente seja feito de brocado importado, e os trajes tanto do rei, distribuindo presentes, quanto dos súditos, que os recebem, possam ser feitos de tecidos importados de algodão, o contraste estilístico entre suas roupas e as dos três observadores europeus à direita dificilmente poderia ser mais explícito.



Antoine Edme Pruneau de Pommegorge, “Cérémonie de l’Anniversaire de la mort du Pere du Roi des Dahomets”, *Description de la Nigritie*, Amsterdam and Paris, Chez Maradan, 1789, facing p. 191.

Source: Image Reference Pommegorge1, Jerome S. Handler and Michael L. Tuite Jr., “The Atlantic Slave Trade and Slave Life in the Americas: A Visual Record”, <http://hitchcock.itc.virginia.edu/Slavery/>, sponsored by the Virginia Foundation for the Humanities and the University of Virginia Library.

dos, de acordo com necessidades específicas. Em outras ocasiões, a globalização proporcionava materiais para a personalização que objetivava afirmar convenções. Elaborando sobre o que Barbot denominou “gros-sa grinalda de pano”, que as mulheres da Costa do Ouro usavam no lugar de uma cinta, o mercador holandês Pieter de Marees escreveu:

Elas cortam [o linho importado que compraram] em tiras que medem apenas cerca da largura de uma mão e as usam no lugar de cintas em volta de seus corpos. Elas vendem panos nesse formato entre elas mesmas e esse pano não é comercializado ou distribuído em quaisquer outras medidas entre elas.⁵⁸

⁵⁸ Pieter de Marees, *Description and Historical Account of the Gold Kingdom of Guinea (1602)*, ed. e trad. por Albert van Dantzig e Adam Jones, Oxford: Oxford University Press, 1987, p. 61.



Outras vezes, ainda, têxteis globais e locais eram combinados em trajes compósitos, como faziam os habitantes do Benim, que de Marees descreveu, a colocarem uma peça de linho de Holanda por cima de panos de algodão, tecidos localmente – um claro exemplo de inovação híbrida.⁵⁹ Uma mudança fascinante foi anunciada na hibridização em áreas iorubás, onde os fios de tecidos de lã brilhante escarlate, desfios, eram novamente tecidos, seguindo padrões africanos, em panos com propósitos cerimoniais.⁶⁰

A globalização que vem da periferia

Os estilos de vestir da Europa atlântica são tão familiares que uma imagem como esta só raramente levanta a questão de saber por que as pessoas ali retratadas se vestiam dessa forma; os trajes e os tecidos dos quais eram cortados parecem completamente domesticados. No entanto, gostaria de dedicar um momento a duas peças do traje de algodão: o robe da pianista no primeiro plano à esquerda (um padrão floral azul sobre fundo branco), e o avental, com um padrão enramado, de inspiração floral, sobre fundo pardacento, usado pela doméstica no umbral da porta, à direita. Ambos ilustram adoravelmente a natureza interativa e transfronteiriça da globalização, assim como a capacidade de estilos, conformados interativamente em lugares muito distantes, de reelaborar a cultura material e os ideais culturais, mesmo no propalado centro da globalização do início da Era Moderna.

A evolução nos padrões dos tecidos de algodão foi complexa.⁶¹ Padrões florais haviam sido uma constante nos tecidos de algodão pintados na Índia, muito antes que os europeus entrassem no negócio. Traçados para o Ocidente em quantidades significativas, no século XVII, ao mesmo tempo em que uma flora “exótica” (tulipas, peônias, magnólias,

⁵⁹ De Marees, *Description and Historical Account*, p. 231.

⁶⁰ Kriger, *Cloth in West African History*, pp. 35-6.

⁶¹ Para a melhor apreciação recente desse desenvolvimento, ver Beverly Lemire, “Domesticating the Exotic: Floral Culture and the East India Calico Trade with England, c. 1600-1800”, *Textile*, vol. 1, n° 1 (2003), pp. 65-85. Ver ainda John Irwin e Katharine Brett, *Origins of Chintz*, Londres: Her Majesty’s Stationery Office, 1970; John Irwin, *Indian Painted and Printed Fabrics*, Ahmedabad: Calico Museum of Textiles, 1971.



*Jan Jozef Horemans the Younger, "Concert in an Interior" (1764)
Rockox House, Antwerp*





glicínias e muitos outros tipos) chegava de todas as partes do mundo, os padrões florais tornaram-se extremamente populares entre todos os segmentos da população, no que respeita ao vestuário e também à decoração de interiores. Não surpreende que rapidamente tenham inspirado imitações ocidentais, padrões híbridos impressos tanto em tecidos lisos de algodão indianos quanto em linhos ocidentais, ou nos que mesclavam algodão e linho. Os de algodão da Índia eram, entretanto, muito superiores em qualidade, para não mencionar que eram fabricados e tingidos por um custo muito menor e com uma eficiência muito maior, de modo que os comerciantes enviavam padrões europeus e técnicas europeias de impressão xilográfica para a Índia, onde ambos eram novamente modificados. Assim, tecidos de algodão com esses padrões, comercializados como autenticamente indianos, eram exportados para a Europa – onde mais uma vez inspiravam ainda uma outra série de imitações por parte de manufaturas europeias.⁶² Como resultado de todas essas interações e transferências, é impossível apontar a proveniência dos tecidos retratados na pintura. Mas eles demonstram, de fato, a criação multipolar de mercadorias e estilos globais, mesmo que a sua distribuição e seus estilos fossem em grande medida o negócio de apenas um dos polos ou dos nós.

Há uma última dimensão globalizante para essa história. Produtores europeus de tecidos de lã e seda, temerosos, com razão, da concorrência indiana, encamparam bem-sucedidas campanhas em prol de restrições ou da simples proibição da importação, manufatura ou venda de tecidos de algodão pintados ou impressos, e essas medidas foram adotadas na Inglaterra, na França e na Espanha, na maior parte do tempo entre meados da década de 1680 e 1774.⁶³ Ainda que tenham con-

⁶² Beverly Lemire e Giorgio Riello, “East & West: Textiles and Fashion in Early Modern Europe”, *Journal of Social History*, vol. 41, n° 4 (2008), pp. 887-916; George P. Baker, *Calico Painting and Printing in the East Indies in the XVIIth and XVIIIth Centuries*, 2 vols., Londres: E. Arnold, 1921; Serge Chassagne, “Calico printing in Europe before 1780”, in David Jenkins (org.), *The Cambridge History of Western Textiles*, 2 vols., (Cambridge: Cambridge University Press, 2003), vol. I, pp. 513-27.

⁶³ Patrick O'Brien, Trevor Griffiths e Philip Hunt, “Political Components of the Industrial Revolution: Parliament and the English Cotton Textile Industry, 1660-1774”, *Economic History Review*, vol. 44, n° 3 (1991), pp. 395-423; J. K. J. Thomson, “Technological Transfer to Catalan Cotton Industry: from Calico Printing to the Self-Acting Mule”, in Douglas A. Farnie e David J. Jeremy (orgs.), *The Fibre that Changed the World. The Cotton Industry in International Perspective, 1600-1990s* (Oxford: Oxford University Press, 2004),



formado o desenvolvimento das indústrias que trabalhavam o algodão nesses e em outros lugares próximos, as leis terminaram por falhar em seu propósito e foram abandonadas. O contrabando teve um papel nesse processo. Mas o mais importante foi o crescimento vigoroso e contínuo do consumo de tecidos de algodão – não apenas os de manufatura indiana, mas também os da africana, os da americana e os da emergente manufatura europeia, ao longo de todo o resto do Atlântico, que ficava para além do alcance das leis proibitivas. Foram os consumidores atlânticos – da África Ocidental, de Saint-Domingue, da América do Norte e outros mais – que asseguraram que tanto uma mulher opulenta quanto sua criada pudessem usar serenamente, “naturalmente”, vestidos de algodão com padrões florais na urbana e burguesa Holanda.

A “Algodanização” do Atlântico

Então, por que as pessoas, no fim do século XVII e ao longo do século XVIII, vestiam-se dessa forma? A resposta curta é: por uma ou mais razões de dimensão atlântica, regional e local. Através do Atlântico, tanto a importação de mercadorias asiáticas quanto a conexão de áreas de tecelagem até então separadas levaram ao que pode ser deselegantemente denominado “algodanização” das culturas têxteis. Esse incremento geral no consumo de têxteis de algodão ampliou a parcela deste tecido no mercado e também levou o perfil dos têxteis, como um todo, de Montreal à Cidade do Cabo, a tornarem-se mais parecidos (embora de maneira alguma idênticos), mesmo *antes* da mecanização da fição e, posteriormente, da tecelagem.⁶⁴ Nessa medida, podemos falar de uma convergência de regimes de vestir atravessando todos os tipos de fronteiras econômicas, sociais, culturais e políticas no Atlântico. Ao mesmo tempo, também emergiram estilos de tecidos regionais, tais como o uniforme colonial

pp. 249-82; Farnie e Jeremy, *A Distinctive Industrialisation: Cotton in Barcelona, 1728-1832*, Cambridge: Cambridge University Press, 1992; Stanley D. Chapman e Serge Chassagne, *European Textile Printers in the Eighteenth Century: a Study of Peel and Oberkampf*, Londres: Heinemann, 1981; Olivier Raveux, “The Birth of a New European Industry: l’Indiennage in Seventeenth-Century Marseilles,” in Riello e Parthasarathi (orgs.), *The Spinning World*, cap. 15; Henri Clouzot, *Histoire de la manufacture de Jouy et la toile imprimée en France*, Paris: Brussels, G. Van Oest, 1928.

⁶⁴ Ver Du Plessis, “Cottons Consumption”.



ou os torços delineados por Moreau (alguma versão de ambos era usada em todo o Caribe), ou os trajes à base de lã dos ameríndios do leste dos Estados Unidos, estilos enraizados em imperativos que variavam do climático ao estético. Culturas têxteis locais e ainda mais específicas também ganharam vida. Os índios *choctaws* distinguiram-se de nações vizinhas e rivais por desdenhar os tecidos de Mazamet em favor de outras fazendas de lã; ameríndios que comercializavam na feitoria de Green Bay, no lago Michigan, queriam moletom branco, enquanto seus vizinhos mais a oeste, em Rainy Lake, compravam apenas azul e vermelho.⁶⁵

As pessoas nessas imagens também usavam o que usavam porque estavam aprendendo a se tornar consumidoras, ou seja, aprendendo um repertório de regras que governava seu comportamento em presença de mercadorias apresentadas a elas em relações de troca comercial e oferta de presentes. Algumas vezes, as mercadorias vinham com instruções, como quando missionários vestiam ameríndios e africanos que eles consideravam “nus”.⁶⁶ Porém, mais frequentemente, as regras eram implícitas e aprendidas no fazer. Os africanos ocidentais tornaram-se notoriamente capazes de distinguir entre desejáveis tecidos indianos de algodão e estofos inferiores fabricados na Europa, os nativos americanos insistiam em tipos precisos de lã a preços fixos e, se Moreau está certo, todos os habitantes de Saint-Domingue, independente de seu *status*, etnicidade, gênero ou renda, adquiriram um sentido da moda e um gosto pelo luxo.⁶⁷

O crescimento quantitativo e qualitativo dos têxteis, assim como de outras mercadorias, levou alguns historiadores a insistir em uma “revolução do consumo” ocorrida no século XVIII, ou talvez algo antes,

⁶⁵ Derivado de dados em Anderson, “Documentary and Archaeological Perspectives”.

⁶⁶ Ver Olive Patricia Dickson, *The Myth of the Savage and the Beginnings of French Colonialism in the Americas*, Edmonton: University of Alberta Press, 1984, pp. 50-2. Para os contemporâneos, “nus” usualmente significava algo como uma tanga ou saia curta; ver, por exemplo, de Marees, *Description and Historical Account*, p. 11: “Os homens vão por aí em rematada nudez, exceto por cobrirem suas partes privadas com uma pequena peça de linho”. Mas por vezes significava mesmo a nudez completa. Louis-Armand de Lom d’Arce, Barão de Lahontan, *Nouveaux voyages de Mr. Le Baron de lahontan dans l’Amérique Septentrionale*, 3 vols., La Haye: Frères l’Honoré et Veuve Boeteman, 1703-1704, vol. II, pp. 95, 133, inclui imagens de índios que estão tanto inteiramente nus, quanto sumariamente vestidos.

⁶⁷ Moreau de Saint Méry, *Description*, pp. 7-9, 59-60.



notadamente na Europa e (talvez) na Euro-América.⁶⁸ Embora concorde que o “mundo das mercadorias”, como foi notoriamente batizado em uma influente coletânea de ensaios,⁶⁹ estava em expansão neste período, minha leitura dos dados convence-me não apenas de que o processo foi mais lento que o sugerido pelo termo “revolucionário”, mas também de que foi muito mais amplo, mais variado e mais interessante,⁷⁰ de modo que, ainda que as mesmas mercadorias pudessem ser utilizadas por diversos grupos em diversos lugares – tais como camisas de linho – podiam também ser usadas de forma bastante diferente: mantas eram trajes exteriores para os ameríndios, mas cobertas de cama para os europeus. Nesse sentido, todas as apropriações dos têxteis globais significaram inovação e invenção, pois todas envolveram a mescla do conhecimento prévio com novas mercadorias.

Isso indica, como já argumentei diversas vezes, que a globalização e os tipos de consumo que a acompanharam deveriam ser concebidos mais como potencial que como ditatorial, mais como um recurso possível que como um *diktat* determinante. Mas não quero sugerir que esses fenômenos fossem igualitários. Eram o mais enfaticamente assimétricos, com vantagem para os europeus. Não tanto no sentido de que eles tinham o controle da criação cultural, ou, até onde importa, da destruição cultural, mas no sentido de que tinham em mãos os trunfos cruciais que a globalização disponibilizava. Não apenas ocupavam *al-guns* dos nós da rede global atlântica, como também operavam a maior

⁶⁸ Para as propostas e críticas, ver Neil McKendrick, “The Consumer Revolution of Eighteenth-Century England”, in N. McKendrick, J. Brewer, e J. H. Plumb (orgs.), *The Birth of a Consumer Society: the Commercialization of Eighteenth-Century England* (Bloomington: Indiana University Press, 1982), pp. 9-33, que vincula a revolução do consumo à revolução industrial; T. H. Breen, “‘Baubles of Britain’: the American and Consumer Revolutions of the Eighteenth Century”, *Past and Present*, n° 119 (1988), pp. 73-102.

⁶⁹ John Brewer e Roy Porter (orgs.), *Consumption and the World of Goods*, (Londres e Nova York: Routledge), 1993.

⁷⁰ Ver Robert DuPlessis, “Was There a Consumer Revolution in Eighteenth Century New France?” *French Colonial History*, 1 (2002), pp. 143-59. Após ter publicado uma versão anterior deste artigo, o Professor Parker Shipton trouxe à minha atenção Jeremy Prestholdt, “On the Global Repercussions of East African Consumerism,” *American Historical Review*, vol. 109, n° 3 (2004), pp. 755-81, que igualmente enfatiza as apropriações locais no âmbito de um sistema globalizante, embora sua abordagem difira da minha.



parte das ligações entre *todos* os nós. Isso significou que a Europa, inicialmente atrasada tecnologicamente e, portanto, por muito tempo incapaz de produzir muitas das mercadorias que os consumidores atlânticos desejavam, foi, entretanto, capaz de colher benefícios desproporcionais da globalização atlântica, e a partir daí iniciar as inovações produtivas que terminaram por destruí-la.

Glossário

Ardra, pano de: tecido de algodão, confeccionado no reino de Aladá ou nas suas proximidades, no litoral da atual República do Benim, na África Ocidental. As variedades incluíam o branco liso, listrado ou um padrão xadrez produzidos em teares, azul liso, tingido e multicolor. Alguns podiam mesclar algodão e rafia, outros entrelaçavam lã desfiada de tecidos importados da Europa para produzirem uma superfície de brocado.

Batista: tecido de linho ou cânhamo muito fino. Geralmente feito na França ou em Flandres.

Benim, pano do: tecido de algodão, provavelmente feito no interior do país iorubá, no sudoeste da atual Nigéria e no leste da República do Benim, embora vendido no litoral. No Brasil, era conhecido como pano da costa.

Brim: tecido de linho forte, grosseiro e liso, originalmente produzido na Bretanha francesa. Algumas variedades eram feitas de cânhamo.

Calicô: tecido de algodão de diferentes qualidades e variedades. Originalmente da Índia, mas, por volta do século XVIII, também produzido na Europa. Tecidos de calicôs podiam ser tingidos, pintados ou gravados, sempre com um padrão estampado – a nossa chita.

Casimira enfiada: fazenda resistente, lisa, feita com lã cardada de alta qualidade e pisada depois de tecida. Seu nome em inglês (significando literalmente “pano largo”, *broad cloth*) deve-se ao fato de que era geralmente feita em um tear largo e tinha mais de uma jarda (91,44 cm) de largura.

Cetim: estritamente falando, qualquer fazenda macia e lustrosa, tecida de modo que os fios mais numerosos e muito finos da urdidura fiquem à mostra, enquanto os mais grosseiros da trama, por baixo, produzindo uma superfície inteira, suave e brilhante. Em geral, referia-se a tecidos de seda, embora muitos fossem feitos de lã lavrada e outros ainda fossem misturas de seda e lã lavrada.

Chintz: na Índia, um tecido de algodão com um padrão especial pintado à mão



ou xilogravado, por vezes com uma superfície brilhante. Na Europa, onde passou a ser tecido pouco antes de 1700, o nome podia designar qualquer roupa de algodão estampado.

Cholet, lenço de: feito de linho ou cânhamo e, crescentemente, de uma dessas fibras combinada com algodão, frequentemente tingido de vermelho. Especialidade da cidade de mesmo nome, no oeste da França.

Duffel, tecido de, ou moletom (molton, em francês): tecido de lã pesado e grosso, envolto com napa de ambos os lados, usado como mantas e na fabricação de casacos e jaquetas. Era o item têxtil mais comum no comércio entre europeus e os indígenas norte-americanos. Supõe-se ter sido originalmente fabricado em Duffel, cidade perto de Antuérpia (na atual Bélgica), mas por volta do século XVII era produzido em muitas partes da Europa.

Duffield, duffields: forma anglicizada de Duffel (ver acima), moletom.

Estofa (stuffs, em inglês – cf. Duffel): nome genérico para fazendas feitas de lã lavrada, para distingui-las das feitas com lã cardada, mas em francês (*étouffe*) podia significar fazendas leves e finas, tecidas com qualquer fibra.

Fustão: fazenda originalmente tecida com uma urdidura de linho e uma trama de algodão, mas, mais tarde, inteiramente de algodão. Do veludo ao *cotelé*, variava em qualidade e preço, sendo vendida sob muitos nomes.

Garlix: tecido de linho, total ou parcialmente alvejado de variada fineza. Por volta do século XVIII, era fabricado em muitas partes da Europa.

Kente, pano de: tecido misto, produzido pelo povo *akan* no reino Asante (grosso modo, a atual República de Gana). Feito de fios de seda de artigos importados desfiados, entretecidos em um tear horizontal estreito com algodão nativo. As tiras estreitas resultantes eram costuradas para formar padrões brilhantes multicoloridos.

Leiden, sarja de: tipo de sarja, talvez feita em Leiden, na Holanda, mas possivelmente também em outros lugares e usando o nome para sugerir qualidade ou simplesmente para denotar um tipo particular.

Madras, tecido de (ou madras, madrasto): tecido colorido de algodão, feito com fios tingidos, originalmente da Índia, supõe-se de Madras. O mesmo que *lenço de Palicat*.

Mazamet, tecido de (ou simplesmente mazamet): semelhante ao *duffel*, essa fazenda de lã entrançada era produzido na cidade do sul da França do mesmo nome.

Musselina: fazenda muito fina de puro algodão, tecida apenas na Índia até o fim



do século XVIII, conhecida sob diferentes nomes, dependendo do lugar de origem específico. Competia com os linhos de maior qualidade, tais como o *batista*.

Palicat, lenço de: tecido colorido de algodão, feito com fios tingidos, originalmente importado pela feitoria holandesa em Pulicat, na Índia. O mesmo que *lenço de Madras*.

Perpetuana: fazenda fina de lã trançada, produzida em vários lugares na Europa ocidental. O nome tinha por objetivo conotar sua propalada durabilidade.

Quaqua, pano de: tecido de algodão com faixas que alternavam branco e azul, ou tiras produzidas em teares, provavelmente no interior da atual Costa do Marfim.

Sarja: fazenda trançada, leve, mas durável, de diversos tipos e qualidades, embora todas fossem mais leves e mais estreitas que a *casimira enfeitada*. Inicialmente, tinha a urdidura de lã lavrada e a trama de lã cardada, depois passou a ser feita inteiramente de lã cardada. Por vezes, denota uma mistura de lã e seda ou mesmo um tecido de pura seda.

Saye: estofo ou sarja fina trançada, de várias qualidades.

Stroud, tecido de: de lã, geralmente tingido de vermelho ou azul e muitas vezes decorado com listras (“pontos”), produzido principalmente no vale do rio Stroud, em Gloucestershire, Inglaterra, e suas proximidades. Como o de *Duffel*, era usado principalmente para mantas e trajes.

Tafetá: tecido de seda leve, fino e liso, de origem persa, embora não necessariamente fabricado na Pérsia.

Terra, pano da: aparentemente, tecido de algodão produzido na África Ocidental. Provavelmente o mesmo que pano da costa.

Vitré, linho de: tecido de linho durável, originalmente da região da Bretanha, na França. Espesso e grosseiro, porém mais leve e mais fino que lona.

Zingas: fazenda de linho grosseira e durável, tecida de cânhamo e, mais tarde, de cânhamo e algodão, do norte da França. Geralmente listrada ou axadrezada, e muitas vezes tingida de azul.

Texto recebido em 21/11/2008 e aprovado em 14/03/2009



Resumo

Este estudo de quatro lugares – o sudeste da América do Norte nativo, a colônia francesa de Saint-Domingue, no Caribe, a Costa do Ouro, na África Ocidental, e os Países Baixos, na Europa – compara tendências de abrangência atlântica, desenvolvimentos regionais e singularidades locais do consumo e da distribuição de têxteis e acessórios entre o final do século XVII e o século XVIII. O artigo defende que a globalização é muito frequentemente interativa e concomitante e resulta em comportamentos inovadores de consumo em múltiplos centros. As culturas têxteis eram, ao mesmo tempo, convergentes, ao atravessar todo tipo de fronteiras econômicas, sociais, culturais e políticas, e divergentes, na medida em que emergiam estilos regionais, locais e ligados a grupos específicos.

Palavras-chave: globalização, consumo, vestuário, têxteis, mundo Atlântico

Abstract

This study of four locations—Native southeastern North America, the French Caribbean colony of Saint-Domingue, the Gold Coast in West Africa, and the Netherlands in Europe—compares Atlantic-wide trends, regional developments, and local singularities of textile and apparel distribution and consumption in the late seventeenth and eighteenth centuries. It proposes that globalization is most often interactive and concomitant, and results in innovative consumption behavior at multiple centers. Textile cultures were simultaneously convergent across all sorts of economic, social, cultural, and political boundaries, and divergent, as regional, local, and group-specific styles emerged.

Keywords: globalization – consumption – clothing – textiles – Atlantic world